

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

A Carta da Terra na Educação



Moacir Gadotti

retardada de socio ambiental comunidade
nia planetaria Terra relações (seres humanos),
ção diversa nação natureza interdependência dire
ação redes democracia movi
interconexão (históricas, sociais)
responsabilidade solidariedade. Pensar construção,
gia pelo respeito diversidades cultural sentido E

Série
Cidadania
Planetária **3**

A Carta da Terra na Educação

Moacir Gadotti

A Carta da Terra na Educação



A série *Cidadania Planetária* faz referência ao sonho de uma comunidade humana una e diversa, tendo por base uma visão da Terra como uma única nação. Ela implica entender a interdependência, a interconexão, o trabalho em redes e movimentos. É, por excelência, uma cidadania integral, portanto, uma cidadania ativa e plena, não apenas em relação aos direitos humanos, mas também em relação aos direitos do planeta Terra como um ser vivo e em evolução.

Moacir Gadotti

São Paulo, 2010

Ed,L

Editora e Livraria
Instituto
Paulo Freire

INSTITUTO PAULO FREIRE



Sumário

Moacir Gadotti	Presidente do Conselho Deliberativo
Alexandre Munck	Diretor Administrativo-Financeiro
Ângela Antunes	Diretora Pedagógica
Paulo Roberto Padilha	Diretor de Desenvolvimento Institucional
Salete Valesan Camba	Diretora de Relações Institucionais
Kathia Dudyk	Secretária de Mobilização Social
Janaina Abreu	Coordenadora Gráfico-Editorial
Lina Rosa	Preparadora de Textos
Carlos Coelho	Revisor
Márcia Leite	Capa
Ana Muriel	Projeto Gráfico
Renato Pires	Diagramação e Arte-final
Cromosete	Impressão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gadotti, Moacir
A Carta da Terra na educação / Moacir Gadotti. -- São Paulo: Editora e
Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. -- (Cidadania planetária ; 3)

Bibliografia.
ISBN: 978-85-61910-41-9

1. Carta da Terra 2. Democracia 3. Desenvolvimento sustentável 4. Direitos humanos - Desenvolvimento 5. Ecologia humana 6. Educação ambiental 7. Justiça ambiental 8. Não-violência 9. Paz I. Título. II. Série.

10-02464

CDD-370.115

Índices para catálogo sistemático:

1. A Carta da Terra na educação 370.115

Copyright 2010 © Editora e Livraria Instituto Paulo Freire

Editora e Livraria Instituto Paulo Freire
Rua Cerro Corá, 550 | Lj. 01 | 05061-100 | São Paulo | SP | Brasil | T: 11 3021 1168
editora@paulofreire.org | livraria@paulofreire.org | www.paulofreire.org

07	Prefácio
13	Introdução <i>Nós somos a Terra</i>
19	Capítulo 1 <i>O Instituto Paulo Freire e a Carta da Terra</i>
29	Capítulo 2 <i>A Carta da Terra no Brasil</i>
41	Capítulo 3 <i>Ecopedagogia e Carta da Terra</i>
51	Capítulo 4 <i>Um passo adiante</i>
57	Conclusão <i>Um convite da mãe Terra</i>
61	Anexo 1 <i>Carta da Terra</i>
75	Anexo 2 <i>Carta da Ecopedagogia: em defesa de uma Pedagogia da Terra</i>
79	Anexo 3 <i>Um guia para usar a Carta da Terra na Educação</i>
99	Referências



O paradigma da sustentabilidade implica na construção de novos valores, conhecimentos e aprendizagens. No esforço de comunicar, sensibilizar, mobilizar e formar a comunidade de vida do planeta, o papel da educação ambiental (EA) tem se acentuado desde a década de oitenta. Em âmbito internacional, a Unesco tem a incumbência de dar seguimento ao capítulo 36 da Agenda 21, que trata da EA em todos os níveis da formação de educadores e da informação ao público. No Brasil, esta recomendação é aplicada mediante um acordo de cooperação com o Órgão Gestor da Educação Ambiental, responsável pela instituição da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e pela execução do Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea).

Nesse contexto, a *Carta da Terra* emerge como uma declaração de princípios éticos e valores fundamentais para a construção de uma sociedade global mais justa, sustentável e pacífica. Ela inspira todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada; ela nos desafia a examinar nossos valores e princípios éticos. Outro documento referencial é o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*. De caráter não oficial, ele reconhece a educação como um movimento dinâmico em constante construção e a sustentabilidade como um processo de aprendizagem permanente baseado no respeito a todas as formas de vida.

Hoje, no Brasil, as diferentes correntes epistemológicas associadas à EA colocam a necessidade de ressignificar as

identidades e os fundamentos de cada posicionamento. Educação para a sustentabilidade? Educação para o desenvolvimento sustentável? Educação ambiental para o desenvolvimento sustentável? Optar por uma ou outra nomenclatura para designar os fazeres ético-político-pedagógicos não garante avanços concretos para a solução dos problemas ambientais. Isso ocorre quando esses nomes são pronunciados numa vivência prática, contextualizada no cotidiano do educador, do educando e da comunidade.

A construção de uma nova forma de existência no planeta implica aprendizado sobre nossa escola, nosso bairro, nossa casa, nossa cidade e sobre como podemos transformá-los num lugar de vida comunitária em que a corresponsabilidade pela criação da “vida que se vive” é construída solidária e democraticamente. Um lugar que vai se configurando a partir da participação de pessoas, grupos humanos e unidades sociais, entrelaçando a sociedade civil (todas e todos nós, pessoas da vida de todos os dias), o poder público (pessoas e instituições escolhidas por nós e que nos representam) e o mundo empresarial (as pequenas, médias e grandes corporações de realização de trabalhos produtivos).

O desafio é reencantar as crianças, adolescentes, jovens e adultos para que percebam seu pertencimento ao planeta. Não se aprende a amar a Terra apenas lendo livros ou ouvindo palavras que destacam sua beleza e importância; a experiência própria é fundamental. É preciso um profundo trabalho pedagógico a partir da vida cotidiana, da subjetividade, da “leitura do mundo” de cada contexto, nas suas diferentes dimensões (política, cultural, econômica, social, ambiental), da relação entre o mais próximo

e o mais distante, entre as temáticas que são comuns e gerais ao planeta.

Deste modo, os diferentes segmentos escolares (familiares, alunos, professores, funcionários de apoio, diretores, orientadores pedagógicos, representantes da comunidade etc.) precisam ressignificar suas experiências, refletir sobre suas práticas, resgatar, reafirmar, atualizar e vivenciar novos valores na relação com outras pessoas e com o planeta. Este movimento de ação-reflexão-ação pode e deve ser ampliado nas diferentes áreas do conhecimento. É necessário superar práticas que burocratizam ou fragmentam a formação para a consciência socioambiental. Não se pode educar para uma cultura da sustentabilidade reservando dias, horários e disciplinas específicas para este fim, ou por meio de pacotes pedagógicos prontos.

A responsabilidade de educar para a sustentabilidade é de todos. Ela não se estabelece de forma impessoal e descontextualizada, mas tem a ver com a escola que se vive, com a escola concreta de todos os dias, com seus problemas e suas virtudes, com o contexto em que está inserida. Ela tem a ver com o projeto da escola e com o projeto de vida das pessoas. O desafio é justamente construir uma gestão e um currículo que potencializem e ampliem iniciativas de sustentabilidade já existentes ou sonhadas, dentro e fora dos espaços educativos formais.

Este livro busca justamente refletir como cada ambiente educacional pode incorporar o debate socioambiental no seu cotidiano, tendo a Carta da Terra como um recurso de ensino e aprendizagem. A partir da leitura dos capítulos, as seguintes reflexões são suscitadas:

- Como o ecossistema escolar se relaciona com o lugar em que está inserido e o planeta?

- Como desenvolver programas educacionais fundamentados nos valores e princípios da Carta da Terra com crianças, adolescentes, jovens e adultos?
- O que é ética e como os valores da Carta da Terra contribuem para desenvolver a compreensão e promover uma vida sustentável?
- Quais temáticas da Carta da Terra podem ser abordadas em sala de aula?
- Quais objetivos educacionais os(as) educadores(as) podem considerar ao utilizarem a Carta da Terra?
- Quais diretrizes podem ser utilizadas para desenvolver materiais e programas educacionais fundamentados na Carta da Terra?
- Como a dimensão ambiental se articula com as questões sociais, políticas, econômicas, culturais e espirituais?
- Como a gestão escolar, o currículo e as áreas do conhecimento podem promover a cultura da paz e da sustentabilidade?

Nas próximas páginas os(as) educadores(as) serão convidados(as) a reorientar sua práxis pedagógica e a entrar em contato com uma diversidade de ECOs de aprendizagem. Ao promover os valores e princípios da Carta da Terra, verão ressoar entre os(as) educandos(as) diversas capacidades transdisciplinares: sentir, intuir, vibrar, imaginar, inventar, criar e recriar; relacionar e interconectar-se, auto-organizar-se; informar-se, comunicar-se, expressar-se; localizar, buscar causas e prever consequências; criticar, avaliar, sistematizar, tomar decisões, corresponsabilizar-se, ver nascer, tomar vida, crescer os sonhos, os projetos; celebrar a criatividade e a capacidade humana de se reinventar.

Nessa perspectiva, será desenvolvida a capacidade de participação dos(as) educandos(as) na gestão sustentável dos ambientes em que vivem.

Julia Tomchinsky

Secretária Socioambiental do Instituto Paulo Freire



Introdução

Nós somos a Terra

O Brasil é o berço da Carta da Terra. Em 1987, a Comissão Brundtland, das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento recomendou a redação de uma nova carta sobre o desenvolvimento sustentável. Mas foi só no evento paralelo da Cúpula da Terra (ECO-92), no chamado Fórum Global, realizado no Rio de Janeiro, em 1992, que foi redigida a primeira versão da Carta da Terra. No **Fórum Global 92**, promovido pelas entidades da sociedade civil, participaram mais de dez mil representantes de organizações não governamentais (Ongs) das mais variadas áreas de atuação de todo o mundo. Ele se constituiu num conjunto de eventos, englobando, entre outros, os encontros de mulheres, crianças, jovens e índios.

Nesse Fórum foi aprovada a **Carta da Terra**, conclamando a todos os participantes para que adotassem o seu espírito e os seus princípios, em nível individual e social e por meio de ações concretas das Ongs signatárias. Essas organizações se comprometeram, ainda, a iniciar uma campanha associada, chamada *Nós somos a Terra*, pela adoção da Carta. Ela encarna o chamado *espírito do Rio*, que está estampado no preâmbulo da primeira redação da Carta (LA ROVERE; VIEIRA, 1992, p. 31):

Nós somos a Terra, os povos, as plantas e animais, gotas e oceanos, a respiração da floresta e o fluxo do mar. Nós honramos a Terra, como o lar de todos os seres viventes. Nós estimamos a Terra, pela sua beleza

e diversidade de vida. Nós louvamos a Terra, pela sua capacidade de regeneração, sendo a base de toda a vida. Nós reconhecemos a especial posição dos povos indígenas da Terra, seus territórios e seus costumes, e sua singular afinidade com a Terra. Nós reconhecemos que o sofrimento humano, pobreza e degradação da Terra são causados pela desigualdade do poder. Nós aderimos a uma responsabilidade compartilhada de proteger e restaurar a Terra para permitir o uso sábio e equitativo dos recursos naturais, assim como realizar o equilíbrio ecológico e novos valores sociais, econômicos e espirituais. Em nossa inteira diversidade somos unidade. Nosso lar comum está crescentemente ameaçado. Assim sendo, levando em consideração sobretudo as necessidades especiais das mulheres, povos indígenas, do Sul, dos diferentes capacitados e de todos aqueles que se encontram em situação de desfavorecimento, nos comprometemos a... (seguem dez compromissos).

O livro *Tratado das Ongs*, publicado pelo *Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, foi a primeira publicação que trouxe ao conhecimento do público o documento mundial que propõe uma *série de princípios para a construção da sustentabilidade da vida no planeta Terra*. Da primeira redação da Carta da Terra participaram muitas pessoas que ainda estão engajadas na questão ambiental, entre elas, Moema Viezzer, Fábio Cascino, Omar Ovalles, Nilo Diniz, Marcos Sorrentino e Moacir Gadotti.

Mais de mil e trezentas Ongs participaram do **Fórum Global Rio-92**. Lá estavam: o Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais, a Associação Internacional de Educação Comunitária (Icea), a Rede Mulher, o Serviço Universitário Mundial, o Conselho Internacional de Educação de Adultos (Icae), o Instituto Paulo Freire (IPF), a

Confederação dos Trabalhadores em Educação da República Argentina (CTERA), Amigos da Terra, o Centro Ecuemênico de Documentação e Informação (Cedi), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Instituto Universidade Popular (Unipop), a Fundação Arias, o Instituto Betinho (Ibase), o Instituto Vitae Civilis e muitas universidades, instituições, organizações e movimentos sociais (mulheres, negros, camponeses, indígenas...) de 108 países, todos pioneiros e pioneiras da Carta da Terra.

No **Fórum Global Rio-92** foram debatidos e aprovados 34 tratados, além da *Carta da Terra* e do *Tratado de Educação Ambiental*. Um deles foi a *Declaração do Rio de Janeiro*, que aponta para a “contradição existente no modelo econômico dominante” que é “insustentável”, que “não leva em consideração a finitude da Terra”. Essa Declaração afirma que a Cúpula da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced) “frustrou as expectativas que ela própria havia criado para a humanidade”. Alguns confundem a *Declaração do Rio* com a *Carta da Terra*. Essa confusão foi estabelecida a partir de outro documento, a *Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, da Unced, conhecido como Declaração do Rio. Faço questão de registrar isso, porque alguns documentos sobre a história da Carta da Terra mencionam a Declaração do Rio, ignorando a primeira versão da Carta da Terra do Fórum Global. Na *Declaração do Rio de Janeiro* das Ongs e Movimentos Sociais foram estabelecidos oito compromissos. Na Declaração do Rio, das Nações Unidas, disponível no site do Ministério do Meio Ambiente (MMA), se estabelecem 27 princípios sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

A Cúpula da Terra não aprovou, como se esperava, um

documento com o nome Carta da Terra, apesar de várias consultas intergovernamentais anteriormente feitas, desde o ano de 1990, porque não se chegou a um consenso sobre esse documento. Em vez de uma Carta da Terra, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento aprovou a *Declaração do Rio*, com princípios valiosos, mas sem a visão ética que se pretendia, inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Declaração do Rio, como os documentos anteriores da ONU, apresentava ainda muitos defeitos. Primeiramente, o ponto de vista permanecia antropocêntrico, carecendo, então, do reconhecimento do elo íntimo entre ser humano e natureza. Além disso, o documento mencionava o conceito de precaução, mas não se pronunciava a respeito da prevenção; o gênero não tinha um papel vital no quadro de referência; as poucas propostas apresentadas não pareciam idôneas para extrapolar o perímetro dos limites nacionais [...]. O documento não continha nenhum conceito de justiça ambiental, nem vinculava a nascente ética ambiental global à responsabilidade humana em relação à Terra. Em outras palavras, a linguagem usada mostrava respeito ao mundo natural, mas faltava aquele senso de reverência que, na Carta da Terra, tornar-se-á central. (FERRERO, 2004, p. 64).

Dois anos depois, em 1994, Maurice Strong, presidente do Conselho da Terra, e Mikhail Gorbachev, presidente da Cruz Verde, com o apoio da Holanda, retomaram o debate como projeto da sociedade civil e lançaram a **Iniciativa da Carta da Terra**, que passou a ser coordenada, a partir de 1996, por uma brasileira, Mirian Vilela, hoje professora de Desenvolvimento Sustentável da Universidade da Paz (San José, Costa Rica) e coordenadora do Centro da Carta da Terra para o Desenvolvimento Sustentável. Em 1997, foi criada a

Comissão Internacional da Carta da Terra. Inicialmente, foi convidado o educador Paulo Freire (1921-1997) para participar dessa Comissão. Como ele veio a falecer logo a seguir, no dia 2 de maio de 1997, um grupo de brasileiros, ligado ao tema do meio ambiente, da educação ambiental e da Carta da Terra, indicou o nome do brasileiro Leonardo Boff.

Foram criados 45 Comitês Nacionais da Carta da Terra, que, por meio da Internet, puderam dar continuidade à Comissão de Redação coordenada pelo teólogo norte-americano Steven Rockefeller, refletindo a influência de grandes tradições filosóficas e uma grande variedade de intelectuais e movimentos sociais. O Brasil contribuiu de forma particular com a redação final desse documento na *Conferência Internacional da Carta da Terra*, realizada em 1998 na cidade de Cuiabá, capital do Estado do Mato Grosso. Nessa ocasião, foi aprovada a Carta da Terra brasileira e a latino-americana, envolvendo mais de quinhentos participantes. O texto final da Carta da Terra foi lançado em **junho de 2000** no Palácio da Paz em Haia (vide Anexo 1). Hoje ela está traduzida em mais de cinquenta idiomas e tem o apoio de mais de 2,5 mil organizações.

A Carta da Terra tem um grande **potencial educativo**, ainda não suficientemente explorado pelas escolas. Este livro pretende oferecer alguns subsídios para aproveitar melhor esse conteúdo, tanto na educação formal quanto na educação não formal. Os princípios e valores da Carta da Terra – liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito à natureza, responsabilidade compartilhada – podem servir de base para a criação de um sistema de educação, menos competitivo e mais solidário, com espaços escolares mais adequados e mais sustentáveis.

Em 2009, o Programa de Educação da Carta da Terra difundiu um documento (vide Anexo 3) com o título *Um guia para usar a Carta da Terra na educação*. Esse documento foi desenvolvido com o propósito de oferecer indicações gerais e subsídios práticos para pessoas e grupos interessados em usar a Carta da Terra nas escolas e nas salas de aula. Muitos são os usos possíveis da Carta da Terra por uma educação para a sustentabilidade. Depende muito do contexto e da criatividade do professor e do aluno. A Carta da Terra pode ajudar a melhorar a qualidade da educação, integrando a ética em todos os temas e conteúdos, por um mundo mais justo, sustentável e pacífico.



Capítulo 1

O Instituto Paulo Freire e a Carta da Terra

A *Carta da Terra* é o equivalente à *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, apropriada para os tempos atuais, constituindo-se num documento baseado na afirmação de princípios éticos e valores fundamentais que norteiam pessoas, nações, Estados, raças e culturas no que se refere à sustentabilidade. Parte integrante de um projeto social global de construção de uma sociedade com desenvolvimento econômico sustentado e justiça social, ela também não deixa de ser um processo global de **formação** e de **capacitação**: aprofunda a necessidade de participação, organização e codireção, para que os cidadãos e cidadãs possam intervir, local e globalmente, de modo criativo e transformador, a partir da realidade em que estão inseridos, para melhorar a qualidade de vida de todos.

A Carta da Terra já foi adotada pela Holanda, pela Costa Rica e pelo México, ao lado de inúmeras cidades como Changai, Estocolmo, Seattle. No México, atualmente, a Carta da Terra está presente em 77% do território nacional, em 24 municípios, 130 instituições universitárias, nove instituições privadas e dezesseis organizações não governamentais. Recentemente, foram realizadas 78 conferências e seminários para difundir a Carta da Terra naquele país.

O Instituto Paulo Freire (IPF), enquanto membro da Coordenação Nacional da Carta da Terra, através de acordo de cooperação com o Conselho da Terra, assumiu, em

1998, a tarefa de sistematizar, junto com o Instituto Latino-americano para a Educação e a Comunicação (Ilpec), da Costa Rica, coordenado por Francisco Gutiérrez e Cruz Prado, as contribuições à redação da Carta da Terra na perspectiva da educação. Para esse fim, o IPF organizou o *I Encontro Internacional da Carta da Terra na Perspectiva da Educação*, em São Paulo, de 23 a 28 de agosto de 1999, com o objetivo de criar e estimular espaços de afirmação social da Carta da Terra no campo da Educação.

Um dos principais resultados deste encontro foi a aprovação de uma **Carta da Ecopedagogia** em defesa de uma *Pedagogia da Terra* (vide Anexo 2), baseada nos seguintes princípios:

1. O planeta como uma única comunidade.
2. A Terra como mãe, organismo vivo e em evolução.
3. Uma nova consciência que sabe o que é sustentável, apropriado, o que faz sentido para a nossa existência.
4. A ternura para com essa casa, nosso endereço comum, a Terra.
5. A justiça sócio-cósmica: a Terra, como organismo vivo, é também um oprimido.
6. Uma pedagogia que promova a vida: envolver-se, comunicar-se, compartilhar, problematizar, relacionar-se.
7. O conhecimento só é integral quando é compartilhado.
8. Caminhar coerente e com sentido na vida cotidiana.
9. Uma racionalidade intuitiva e comunicativa, afetiva, não instrumental.
10. Novas atitudes: reeducar o olhar, o coração.
11. Cultura da sustentabilidade: ampliar nosso ponto de vista.

Em 2006, o IPF foi convidado para ocupar o honroso e desafiador papel de **organização filiada** da Carta da Terra Internacional, numa aliança estratégica com outras instituições e organizações, entre elas, a Unesco, o Centro Carta de la Tierra de Educación para el Desarrollo Sostenible da Universidade da Paz (Upaz, San José, Costa Rica), a Universidade Nacional de Costa Rica, a Secretaria de Medio Ambiente y Recursos Naturales de México, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o Ministério da Educação Pública de Costa Rica e a Fundação Avina. O IPF passou a ser um associado estratégico na promoção da visão holística da Carta da Terra para um mundo justo, pacífico e sustentável, difundindo, na região, a iniciativa da Carta da Terra e todas as suas agendas, de forma efetiva e profissional.

Na estratégia de ação do IPF, associamos a **Carta da Terra** ao **Tratado de Educação Ambiental** e à **Agenda 21** como suporte ético-pedagógico para o desenvolvimento sustentável. Por isso, o IPF engajou-se também na promoção da **Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável** e procura não discutir separadamente princípios ético-político-pedagógicos e planos de ação concretos. Impulsionado por Gustavo Belic Cherubine, da ONG Sociedade do Sol, o IPF coordenou o Grupo de Trabalho Carta da Terra no *Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento* (Fobong), mantendo uma ligação orgânica com entidades e instituições da sociedade civil como a *Mata Nativa*, a *Sociedade do Sol*. Uma das conquistas concretas foi introduzir a Carta da Terra entre os 21 pontos para a ação da *Agenda 21 Brasileira*.

O IPF utiliza, em todos os seus programas de formação, a

temática da Carta da Terra e o Tratado de Educação Ambiental, principalmente na **formação de professores** e de gestores educacionais, como foi o caso da assessoria dada à Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo (2001-2004). A formação de educadores sociais é outra estratégia do Instituto. Eis alguns exemplos desses projetos:

- a) o *Projeto Jovem Paz* para a formação de lideranças sociais para a cultura da paz e da sustentabilidade;
- b) o *Projeto da Escola Cidadã*, utilizando a metodologia da *Leitura do Mundo* de Paulo Freire e trabalhando os princípios de convivência com base nos valores da Carta da Terra, para a construção do Projeto Eco-Político-Pedagógico das escolas, em diversos municípios (Peruibe, Osasco, Nova Iguaçu);
- c) o *Projeto MOVA* (Educação de Adultos), que inclui a Carta da Terra como parte da formação. A Carta da Terra é utilizada como um dos documentos básicos da formação dos alfabetizandos quando se discutem os princípios de convivência;
- d) o *Projeto de Educação Cidadã*, desenvolvido no município de Guarulhos (SP), formando delegados e conselheiros do Orçamento Participativo, bem como nos municípios de Sorocaba e de Osasco, ambos no Estado de São Paulo.

Neste último município, quero destacar o projeto *Sementes de Primavera*. Este projeto, iniciado em 2006, com base nos princípios e valores da Carta da Terra, promove o protagonismo infanto-juvenil e o exercício da cidadania desde a infância. São organizados grupos de crianças – Grupo Sementes – eleitas democraticamente pelos seus pares para dialogar, propor e se

comprometer com sugestões e ações relacionadas ao Projeto Eco-Político-Pedagógico (PEPP) das Unidades Escolares (UEs), na perspectiva das crianças e adolescentes. Em encontros semanais, eles participam de atividades práticas que envolvem exercícios de Leitura do Mundo, cujo objetivo é conhecer a visão das crianças sobre a escola, o bairro, a cidade, a convivência, a saúde, o lazer, o esporte, a cultura e outros assuntos significativos, levando em conta a realidade dos alunos de cada escola. Crianças e adolescentes são orientados a identificar problemas e apontar soluções; a reconhecer potencialidades e valorizá-las ao buscarem a melhoria que almejam para a escola, o bairro e a cidade; a se comprometerem com as propostas de mudanças que apresentam e, também, a acompanhar a construção daquilo que desejam ver realizado.

O PEPP pode ser inicialmente entendido como um processo de mudança. Com base nas experiências do passado e nas vivências do presente, planejamos nosso trabalho educacional visando ao futuro sustentável [...]. O projeto eco-político-pedagógico implica, entre outros aspectos, pensar os princípios de convivência, a gestão democrática, o currículo, a avaliação. A Carta da Terra pode oferecer fundamental contribuição em cada uma dessas dimensões do PEPP. (INSTITUTO PAULO FREIRE, 2008, p. 28-30).

O IPF vem atuando como um **centro de referência** da Carta da Terra, com ação local e global, desenvolvendo, em sua sede central mundial, projetos que contribuem para manter vivo o *Movimento pela Carta da Terra*, o *Movimento pela Ecopedagogia*, dando suporte

a todas as iniciativas para as quais é demandado e sugerindo outras. Seus projetos preveem ações de intervenção em diferentes níveis:

1. Organizações governamentais: secretarias (educação, meio ambiente) municipais e estaduais; diretorias regionais de ensino; escolas municipais e estaduais;
2. Organizações não governamentais; movimentos sociais e populares; Igrejas; organizações de base comunitária (OBC); representações classistas: sindicatos, ordens e conselhos regionais; rede do ensino privado (fundamental, médio e superior); comunidades indígenas.

Entre os principais **objetivos** do *Movimento pela Carta da Terra* do IPF, estão os seguintes:

- a) incorporar nos processos educacionais formais e não formais valores e princípios da Carta da Terra para que ela seja vivenciada cotidianamente pelos(as) cidadãos(ãs) do planeta;
- b) contribuir para a elaboração sistematizada da *ecopedagogia* em espaços educacionais formais e não formais como pedagogia apropriada à iniciativa da Carta da Terra;
- c) construir uma *Rede pela Carta da Terra* entre as instituições envolvidas, visando à troca de experiências, ao intercâmbio permanente entre as pessoas que compartilham processos afins, mantendo vivo o Movimento pela Carta da Terra;
- d) criar condições para que cada vez mais pessoas possam comprometer-se pessoal e coletivamente com a *cultura da sustentabilidade e da paz*, oferecendo oportunidades de experienciar/vivenciar os princípios da Carta da Terra.

Para cumprir esses objetivos, o IPF, em parceria com o Ilpec, engajou-se na elaboração de uma **metodologia** apropriada ao movimento mundial pela Carta da Terra, que foi apresentada na Rio+5, em 1997. Em agosto de 1999, lançou o *Movimento pela Ecopedagogia*, sob a coordenação de Gustavo Belic Cherubine. Nesse percurso de engajamento pela Carta da Terra, o IPF organizou e participou de encontros nacionais e internacionais, difundindo os valores da Carta da Terra, tornando-se referência nesse campo.

Dentre os trabalhos desenvolvidos pelo IPF em relação à Carta da Terra, destacamos os seguintes:

1. **Jomtien** (Tailândia), 1995 – Participando da *7ª Conferência Mundial da Associação Internacional de Educação Comunitária (Icea)*, em torno do tema *Desenvolvimento Sustentável através da Educação Comunitária*, integrantes do IPF apresentaram os resultados dos trabalhos desenvolvidos a partir da Rio-92 e uma proposta de metodologia a ser utilizada na consulta mundial para a elaboração da Carta da Terra.

2. Rio+5, em 1997, no **Rio de Janeiro** – Apresentação e discussão dos resultados de uma metodologia de trabalho construída juntamente com grupos sociais e populares de sete países da América Latina.

3. Encontro de **Cuiabá** (Mato Grosso) – Entre os dias 30 de novembro e 3 de dezembro de 1998, realizou-se, na cidade de Cuiabá, a *I Conferência Continental das Américas*, envolvendo os países da América Latina, Caribe e América do Norte. A Conferência permitiu que as pessoas e as instituições que trabalhavam com a Carta da Terra até aquele momento mantivessem contatos para reflexões e trocas de experiências.

4. *Encontro Internacional da Carta da Terra na Perspectiva da Educação*, em 1999, realizado em **São Paulo** – Durante quatro dias, em julho de 1999, mais de duzentos educadores, representando 28 países, debateram propostas e metodologias de trabalho para a Carta da Terra. Foram aprovados três documentos na plenária final do encontro: *Carta da Ecopedagogia*, *Agenda de Compromissos* e *Contribuições dos Educadores para a Carta da Terra*.

5. Conselho da Terra, **Costa Rica**, 1999 – Em novembro e dezembro de 1999, participação em conferência virtual, organizada pelo Conselho da Terra, com educadores e estudantes de todos os continentes, discutindo ideias e propostas para o processo da Carta da Terra. Os trabalhos da coordenadoria do Movimento pela Ecopedagogia são inaugurados nos EUA, sob a coordenação de Natalia Bernal.

6. **Porto** (Portugal), realização do Encontro Internacional da Ecopedagogia – Em março de 2000, a Universidade do Porto e o IPF organizaram o I Seminário Internacional de Ecopedagogia. Foram apresentadas experiências que tinham a Carta da Terra como referência.

7. **Fórum Social Mundial** (Porto Alegre, 2001, 2002 e 2005) – Realização pelo IPF de oficinas onde a Carta da Terra foi apresentada e discutida durante os trabalhos dos Círculos de Cultura Paulo Freire. Em dois seminários sobre a *Carta da Terra: um consenso mínimo entre os humanos*, participaram mais de cinco mil pessoas. Nesses seminários pudemos contar com a presença de Leonardo Boff, Moacir Gadotti, Moema Viezzer, Frei Betto, Mohit Mukherjee, Peter Blaze Corcoran e Rick Clugston.

8. **Joinville** (Santa Catarina), 2002 – Junto com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável (IDS) e com o Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável da

Fundação Getúlio Vargas (RJ), foi promovido, em Joinville, um fórum preparatório à Rio+10, com o título: *A Carta da Terra para uma Cidade mais Segura*.

O IPF vem produzindo **material de apoio pedagógico** e assessorando escolas públicas e outros segmentos da sociedade civil, em diferentes projetos, na elaboração de seus programas, com base nos princípios e valores da Carta da Terra. Como resultado desse envolvimento teórico-prático, vários trabalhos, estudos e pesquisas foram produzidos: o livro *Pedagogia da Terra* (2001), de Moacir Gadotti, a tese de doutorado de Ângela Antunes sobre *Pedagogia da sustentabilidade* (2002), a tese de mestrado de Luiz Carlos de Oliveira sobre *Ecopedagogia no fazer escolar*, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2003. Foram traduzidos e publicados pela Editora Cortez os livros *Ecopedagogia e Cidadania Planetária* (1999), de Francisco Gutiérrez e Cruz Prado, e *Carta da Terra: reflexão pela ação* (2004), de Elizabeth M. Ferrero e Joe Holland, ambos na série Guia da Escola Cidadã, dirigida pelo IPF.

O educador, a educadora, poderá encontrar **subsídios pedagógicos** para usar a Carta da Terra na educação, que estão disponíveis em diferentes *sites*. Uma *Biblioteca Virtual* sobre a Carta da Terra encontra-se no *site* www.earthcharterinaction.org/invent/, com material histórico, ensaios, publicações, recursos educativos etc. Experiências com a Carta da Terra podem ser encontradas ou inseridas na *Plataforma Escolar da Carta da Terra*: <http://ec-snet.wikispaces.com/>. Um vídeo produzido com desenhos de crianças de São Paulo pode ser encontrado no Youtube: www.youtube.com/watch?v=1cCSD7n2rSc. Visite também o *site* brasileiro da Carta da Terra: www.cartadaterra.com.br.



Capítulo 2

A Carta da Terra no Brasil

Os princípios e valores da Carta da Terra são defendidos particularmente através dos programas curriculares ligados à educação ambiental, que existem na maioria das escolas. A Carta da Terra é utilizada como um guia para a construção de uma **cultura da paz e da sustentabilidade**. Seria difícil apresentar um rol completo de **atividades desenvolvidas** no Brasil, desde 1992. Abaixo, daremos destaque a algumas delas, sabendo que há certamente muitas outras. O Brasil é um vasto país e as iniciativas envolvendo a Carta da Terra multiplicam-se por todo o território.

O educador ambiental Fábio Cascino coordenou, no Fórum Global da Rio-92, uma atividade chamada de *A Voz das Crianças*, com grande repercussão, mostrando do que elas são capazes para tornar mais saudável o planeta. Mais tarde, ele deu continuidade a essa iniciativa, juntamente com o educador Flávio Boleiz, divulgando a *Carta da Terra para crianças*, hoje utilizada em inúmeras escolas públicas e privadas. A Carta da Terra vem revelando-se um excelente documento para a promoção de uma cultura da paz entre crianças e jovens.

Boleiz organizou, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP), o Grupo de Trabalho de Ecopedagogia (Gruteusp), surgido da necessidade dos alunos do curso de Pedagogia aprender mais sobre a Ecopedagogia, a Carta da Terra e a Educação Ambiental. O

Gruteusp realiza seminários, participa de eventos na área de educação e organiza palestras para estudantes e professores sobre esses temas. Boleiz, em conferências e pequenos cursos, vem utilizando diferentes linguagens, como meios de valorização da sustentabilidade. Na Universidade e no Colégio Rainha da Paz, onde trabalha, ele estimula grupos a discutirem a Carta da Terra, na busca da construção de uma educação para um mundo onde todas as relações sejam sustentáveis.

Essas iniciativas não se reduzem ao campo da sociedade civil. Ricardo Young, presidente da rede de idiomas Yázigi, ainda na década de 1990, difundiu pelo Brasil a Carta da Terra, utilizando-a como material didático no ensino de línguas estrangeiras em suas empresas e promovendo encontros e debates sobre seus princípios e valores. Young é hoje presidente do *Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social*, que tem se utilizado dos princípios e valores da Carta da Terra e do desenvolvimento sustentável em sua filosofia empresarial. Participam do *Ethos* entidades como a Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania e a empresa de cosméticos *Natura*, que têm se destacado pela defesa do meio ambiente.

Emília Queiroga Barros, do **Núcleo de Inteligência Criativa**, vem trabalhando com a Carta desde 1999, buscando difundir o sentimento que está por trás da Carta da Terra e dos seus princípios, que é a *universalidade*, como se manifesta através da imagem e da música. Por isso, para ela, a Carta da Terra deveria inspirar a criação de uma espécie de *sinfonia da Terra*, uma polifonia do tamanho do planeta, utilizando sons e imagens. O desejo por uma paz duradoura está crescendo em todos os povos e habitantes do planeta, ao mesmo tempo em que estamos assistindo

à proliferação de imagens e sons de violência e de degradação. Precisamos de imagens e sons que traduzam a paz. “Precisamos opor outra imagem do mundo”, afirma Emília Queiroga Barros.

Rubens Born, diretor da ONG *Vitae Civilis*, representou as Ongs na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced), também chamada de *Cúpula da Terra*, Rio-92 ou ECO-92. A *Vitae Civilis* tem trabalhado em seus programas e projetos associando a Carta da Terra e o Tratado da Educação Ambiental ao movimento da Agenda 21. Nessa mesma linha, destaque o trabalho teórico e prático de Pedro Jacobi, professor titular da FE-USP e do *Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais* (Procam-USP).

A partir de 2003, o **Ministério do Meio Ambiente (MMA)** passou a realizar um conjunto de iniciativas para divulgar a Carta da Terra em todo o País, associando-a sempre à Agenda 21. Uma das ações prioritárias da *Agenda 21 Brasileira* é “divulgar a Carta da Terra e debater os seus princípios inovadores e interdependentes nas instituições de governo, da sociedade organizada, nas escolas, universidades e empresas”. O MMA e o **Ministério da Educação (MEC)** imprimiram dezenas de milhares de cópias da Carta da Terra e, em dezenas de eventos, vêm divulgando a Carta da Terra, envolvendo milhares de pessoas, em todo o país, em debates, palestras, seminários, cursos, encontros e oficinas.

Em abril de 2007, com a presença da ministra Marina Silva, de Leonardo Boff e de Mirian Vilela, foi assinado, em Brasília, um Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis e o Centro da Carta da Terra para

o Desenvolvimento Sustentável da Costa Rica, visando à divulgação dos “princípios e valores da Carta da Terra entre pessoas, organizações, de todos os setores da sociedade e órgãos governamentais”.

No dia 2 de maio do mesmo ano, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, seu secretário do Verde e do Meio Ambiente, Eduardo Jorge, seu secretário da Educação, Alexandre Schneider, assinaram um compromisso com o Centro da Carta da Terra para o Desenvolvimento Sustentável da Costa Rica, para difundir a Carta da Terra no sistema educacional da cidade. O texto da Carta da Terra foi entregue a todos os professores da rede municipal de ensino.

Alguns políticos têm se destacado na defesa dos princípios e valores da Carta da Terra no Brasil, entre eles os ex-deputados Eduardo Jorge e Fábio Feldman. O MMA, a partir da gestão de Marina Silva, iniciada em 2003, vem difundindo a Carta da Terra como suporte ético para a Agenda 21 brasileira. Diz Marina Silva: “é importante enfatizarmos aqui nosso marco ético que é Carta da Terra. Acreditamos que Agenda 21 e Carta da Terra se complementam” (apud BRASIL, 2004, p. 9). Nesse Ministério, devemos destacar a atuação em defesa da Carta da Terra, principalmente dos educadores ambientais Philippe Pomier, Marcos Sorrentino e Pedro Ivo Baptista, coordenador da Conferência Nacional de Meio Ambiente. A partir de 2006, a educadora ambiental Rachel Trajber, atualmente no MEC, tem dado um grande impulso na difusão da Carta da Terra nas escolas brasileiras, através do programa *Qualidade de Vida nas Escolas* (Com-Vidas).

O Estado do **Mato Grosso** sediou, em 1998, a *Conferência Internacional da Carta da Terra*, onde foi aprovada

a Carta da Terra brasileira e a latino-americana, envolvendo mais de quinhentos participantes. Logo a seguir, sob a liderança de Michèle Sato, Luiz Augusto Passos, Carlos Maldonado, Ana Maria Lopes e Marilise Esteves, membros da Comissão Nacional da Carta da Terra, aquele estado escreveu a *Carta da Terra do Mato Grosso*. Nesse estado, o movimento da Carta da Terra está associado à educação ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Michèle Sato trabalha com a Carta da Terra em programas e políticas educacionais, particularmente no programa Educação Ambiental no Pantanal e na Amazônia, com várias linhas de pesquisa: gênero, mitologia, etnoconhecimento, justiça ambiental, ecologia política, comunidades indígenas e comunicação.

Seja por meio de vários projetos governamentais, seja por iniciativa de Ongs, cada vez mais professores e professoras, no Brasil, são encorajados a usar a Carta da Terra nas escolas e a produzirem Cartas da Terra escolares. Para isso, milhares de cópias do documento foram distribuídas nas escolas brasileiras. Muitos *sites* divulgam o documento da Carta da Terra. O MMA e o MEC vêm distribuindo esse documento, junto com outros documentos, como o Tratado de Educação Ambiental, a Agenda 21 Local, as Metas do Milênio e a Agenda 21 Brasileira.

Leonardo Boff, membro do Comitê da Carta da Terra, tem liderado ações em favor da discussão da Carta da Terra. A hidrelétrica brasileiro-paraguaia Itaipu, situada na bacia do **Paraná**, com a assessoria de Leonardo Boff e de Moema Viezzer, e sob a liderança de Nelton Friedrich, em parceria com o MMA e com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de **Petrópolis** (RJ), tem feito formação de educadores populares, divulgando a Carta da Terra através

de vídeos e de cadernos. O projeto *Cultivando Água Boa* usa a Carta da Terra como referencial ético. Ele começou em 2003 e envolveu mais de 150 educadores sociais. Seis mil cópias da Carta da Terra foram utilizadas na educação não formal para a vida sustentável, envolvendo 29 municípios, 145 Ongs e 318 escolas da região.

Além de Leonardo Boff, um outro grande educador popular vem trabalhando intensamente com a Carta da Terra: Carlos Rodrigues Brandão. Em seu livro *Paulo Freire, o menino que lia o mundo: uma história de pessoas, de letras e de palavras* (BRANDÃO, 2005b), ele trabalha seus princípios e valores voltados para a criança. Em outra obra, com o título: *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável* (BRANDÃO, 2005a), ele nos fala de um “município sustentável” como aquele no qual o munícipe compartilha da responsabilidade e do poder de decisão na gestão da cidade. Ele se pergunta: “uma rua, uma praça, um centro público de convivência, um bairro, uma cidade, um município são o quê?” E ele mesmo responde: “ora, todos esses círculos de vida que envolvem a casa onde moramos e nos estendem dela ao mundo onde vivemos, podem muito bem serem pensados como educador” (BRANDÃO, 2005a, p. 68).

Desde 1999, a *Associação Afro-brasileira para a Educação e a Preservação da Vida* (Abrevida), sob a coordenação de Mirian Caetano, promove festivais de música organizados em torno dos temas da Carta da Terra para crianças pobres da Cidade de **São Paulo**. A ONG Pedra Grande de Preservação Ambiental, de **Atibaia** (SP), tem criado iniciativas adicionais para o uso da Carta da Terra. O seu projeto Frutos da Terra, coordenado por Sheila Ceccon, teve muito êxito na região. Diga-se o mesmo de iniciativas como

a do *Planeta Azul*, na zona oeste da cidade de São Paulo, dirigida por Luiz Carlos de Oliveira. O *Planeta Azul* trabalha com filmes, palestras, trilhas, passeios ciclísticos etc., assumindo como um dos objetivos a construção de uma cultura ecopedagógica fundada nos princípios e valores da Carta da Terra.

A partir de trechos da Carta da Terra e de partes do livro *Pedagogia da Terra*, o Colégio Notre Dame, de **Campinas** (SP), desenvolveu, no ensino fundamental e no ensino médio, um aprofundamento ético e social da consciência e responsabilidade com a natureza e os que nela habitam, a partir do tema gerador *Terra cidadã: o planeta que queremos*. Com esse material, cada professor, livremente, articula algum tipo de trabalho na sala de aula.

Paulo Perissé fundou e dirige, em **Salvador** (BA), *The Global School – Escola de Educação Internacional*. O projeto pedagógico dessa escola centra-se na noção da *Educação Planetária*. A Carta da Terra impregna todas as dependências dessa escola, influenciando e harmonizando métodos, enfoques, conteúdos de ensino e de aprendizagem. Segundo Perissé, a *Educação Planetária* enxerga a educação por meio de cinco janelas: Educação para a Paz, Educação para os Direitos Humanos, Educação para o Meio Ambiente, Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Educação para o Humanismo Internacional. Todos esses eixos (janelas) estão em sintonia com os princípios, valores e objetivos da Carta da Terra.

Valéria Viana, do Núcleo de Amigos da Infância e Adolescência (Naia) de **Porto Alegre** (RS), é uma entusiasta da Carta da Terra. O Naia é um grupo formado por oficinairos e educadores populares que atuam nos espaços educativos formais (escolas e instituições) e

não formais (comunidades e espaços públicos), buscando propor e organizar um outro espaço educativo possível onde as questões socioambientais sejam também discutidas e problematizadas. Na busca por um espaço educativo para a libertação, a reflexão e a ação, a Carta da Terra é um documento referencial da formação de ecocidadãos que respeitam a si mesmos, aos outros e ao meio ambiente. Um dos seus projetos é o *Vivemos Juntos: conhecer e viver a Carta da Terra*, que se propõe a contribuir para a formação e conscientização de crianças e jovens.

Em 2003, Valéria Viana lançou, através do Naia, o *ForumZINHOSocialMundial* e a *Carta da Terra para Crianças*. Ela reside hoje em **Brasília**. Em parceria com o Instituto Bioma, o Centro da Carta da Terra para o Desenvolvimento Sustentável da Costa Rica e outras instituições, como o IPF, ela vem mantendo o *site* www.forumzinho.org.br e o *site* www.cartadaterra.com.br.

Em **Florianópolis** (SC), o **Instituto Harmonia da Terra**, coordenado por Guilherme Blatuh, Patrícia Abuhab e André Rocha, desenvolveu uma metodologia apropriada para trabalhar com os princípios da Carta da Terra e da ecopedagogia. A Carta da Terra é o documento síntese da sustentabilidade, utilizado como ferramenta inspiradora para a formação de todos os educadores e cidadãos planetários. O desafio do grupo é traduzir, na prática, a Carta da Terra, dando-a a conhecer amplamente. A ONG Harmonia da Terra trabalha com atividades de criação de projetos e produções artísticas a partir da Carta da Terra, com resultados animadores no trabalho com as crianças. O **Núcleo de Ecopedagogia** do Instituto Harmonia da Terra capacita professores e comunidades desde 2001 e já atendeu diretamente 130 escolas nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Destacamos ainda o trabalho com a Carta da Terra do **Instituto Bioma**, localizado na cidade de **Paulínia** (SP) e coordenado por Aiêska Marinho Lacerda Silva; e o trabalho do **Instituto Brama Kumaris**, que adotou a Carta da Terra em seus projetos, desde os anos de 1990. Com financiamento da empresa Philips do Brasil, um grupo de voluntários dessa empresa, em **Mauá** (SP) desenvolveu o projeto *Aprendendo com a Natureza*, junto a oitenta escolas públicas em todo o Brasil, com coordenação em Varginha (MG), Manaus (AM) e Recife (PE). Trata-se de um projeto que trabalha as questões da biodiversidade local com crianças dos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental, utilizando a Carta da Terra como documento de base ética.

Dirceu Beninca, um padre católico de **Exerim** (RS), trabalha a Carta da Terra nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e nos movimentos sociais daquela cidade, particularmente com a Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (Arcan) que reúne certa de quarenta famílias de catadores. Ele procura utilizar os princípios da Carta da Terra ao lado do Evangelho, como base da construção dos valores morais e éticos e de trabalho em autogestão, buscando resgatar a cidadania desses sujeitos sociais.

Outro município que trabalha a Agenda 21 e a Carta da Terra é o Município de **Embu das Artes**, localizado na Grande São Paulo. Destacamos nesse município o trabalho de Maria Isabel Franco, da ONG Sociedade Ecológica Amigos de Embu, associando a Carta da Terra à Agenda 21 Escolar e produzindo importante reflexão teórica dessa sua prática. No Nordeste, a ONG Terra Azul – Ecologia, Saúde e Cidadania, localizada em **Fortaleza**, Ceará, também vem realizando formação de educadores com base nos princípios e valores da Carta da Terra.

Em São Paulo (SP), o Grupo Amana-Key, preocupado com o desenvolvimento humano sustentável, liderado pelo seu diretor executivo Oscar Motomura, adotou a Carta da Terra como uma referência global para os seus programas educacionais de formação de lideranças tanto no setor corporativo quanto no setor governamental. No seu programa de *inovações radicais em gestão para um futuro melhor para todos*, já passaram mais de trinta mil pessoas. Como diz Oscar Motomura, a Amana-Key vem fazendo *alfabetização ecológica* de lideranças governamentais, empresariais e não governamentais, utilizando a Carta da Terra como sua base ética, buscando “não pregar para os já convertidos”. Ele conta, entre outros, com a consultoria de Fritjof Capra.

Um grande número de educadores e educadoras vem promovendo sistematicamente a iniciativa da Carta da Terra no Brasil e no exterior. Para apoiar-nos uns aos outros nessa tarefa, gostaria de registrar, entre outros nomes, os seguintes: Aiêska Lacerda, *Instituto Bioma* (SP); Ângela Antunes, *Instituto Paulo Freire* (SP); Clarice Novaes da Mota, *Universidade Federal de Alagoas*; Flavio Boleiz, *Colégio Rainha da Paz* (SP); Leda Aschermann, *Umapaz* (SP); Pedro Ivo Batista, *Ministério do Meio Ambiente* (Brasília); Leonardo Boff, *Comissão da Carta da Terra*; Renata da Costa Viellas Rödel, *Prefeitura de São Paulo*; Karla Matos, *Ministério do Meio Ambiente*; Marcia Miranda, *Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis* (RJ); Marcos Egydio, *Natura*; Marcos Sorrentino, *Universidade de São Paulo*; Marilise Esteves, *Grupo Carta da Terra* (MT); Maristela Barrenco, *Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis* (RJ); Michèle Sato, *Universidade Federal do Mato Grosso*; Moema Viezzer, *Consultora de Educação* de Toledo (PR); Nelton Friedrich, *Itaipu*; Oscar Motomura, *Conselho*

Internacional da Carta da Terra e Amana-Key; Patrícia Pereira Abuhab, *Instituto Harmonia da Terra* (SC); Pedro Jacobi, *Universidade de São Paulo*; Philippe Pommier, *Ministério do Meio Ambiente*; Rachel Trajber, *Ministério da Educação*; Sheila Ceccon, *Secretaria de Educação e Cultura*, Atibaia (SP); Valeria Viana, *Núcleo de Amigos da Infância e da Adolescência*.



Capítulo 3

Ecopedagogia e Carta da Terra

A história da ecopedagogia aparece inicialmente como *pedagogia do desenvolvimento sustentável*, num estudo realizado pelo Instituto Latino-americano de Pedagogia da Comunicação (Ilpec), da Costa Rica, e assinado por Francisco Gutiérrez (1994). Nele já se faz referência a uma visão holística, ao equilíbrio dinâmico do ser humano e natureza e à categoria da sustentabilidade que são pressupostos essenciais da ecopedagogia.

Francisco Gutiérrez e Cruz Prado, do Ilpec, perceberam logo que a pedagogia do desenvolvimento sustentável não tinha a abrangência necessária para se constituir numa grande inovação na teoria da educação e lançaram, logo a seguir, o conceito de *ecopedagogia* em seu livro *Ecopedagogia e cidadania planetária* (GUTIÉRREZ; PRADO, 1999). Eles nos falam de uma cidadania planetária que vai além da cidadania ambiental. Para eles, a ecopedagogia seria aquela que promove a aprendizagem do “sentido das coisas a partir da vida cotidiana”. O conceito de *vida cotidiana* é essencial no contexto da concepção ecopedagógica desses autores. Mais tarde, eles rebatizariam essa pedagogia com o nome de *biopedagogia*, uma pedagogia da vida (PRADO, 2006), utilizando o mesmo referencial teórico e oferecendo mais profundidade espiritual ao tema. Cruz Prado e Francisco Gutiérrez foram os primeiros grandes desbravadores do campo e das potencialidades da ecopedagogia. O Instituto

Paulo Freire (IPF) traduziu seu livro para o português e ele continua sendo um grande referencial dessa pedagogia.

O movimento pela ecopedagogia se ampliou e ganhou novos desdobramentos. No meu entender, a ecopedagogia não pode mais ser considerada como uma pedagogia entre tantas pedagogias que podemos e devemos construir. Ela só tem sentido como projeto alternativo global onde a preocupação não está apenas na preservação da natureza (ecologia natural) ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (ecologia social), mas num novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (ecologia integral) que implica uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Ela está ligada, portanto, a um *projeto utópico*: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje.

A palavra *pedagogia* vem do grego e significa, literalmente, *guia para conduzir crianças*. Na Grécia, o pedagogo era o escravo que levava para a escola as crianças das elites. A palavra *pedagogia* tem por referencial um paradigma antropocêntrico. Todas as pedagogias clássicas são antropocêntricas. Ao contrário, a ecopedagogia parte de uma consciência planetária (gêneros, espécies, reinos, educação formal, informal e não formal...). Ampliamos o nosso ponto de vista, de uma visão antropocêntrica para uma consciência planetária, para uma prática de cidadania planetária e para uma nova referência ética e social: a civilização planetária.

Assim, a ecopedagogia, como pedagogia holística, desloca-se desse referencial antropocêntrico, situando-se em outro campo. Ela não está voltada para a *formação do homem* – a *paideia* –, como diziam os gregos. A ecopedagogia é mais ampla: ela supera o antropocentrismo das pedagogias

tradicionais e concebe o ser humano em sua diversidade e em relação com a complexidade da natureza. A Terra passa a ser considerada também como ser vivo, como Gaia. Por isso, seria melhor chamar a ecopedagogia de *Pedagogia da Terra* (GADOTTI, 2001).

Esse sentido já havia sido percebido nas discussões que ocorreram em 1999, com a presença, entre outros, de Francisco Gutiérrez, Cruz Prado (do Ilpec) e Mirian Vilela (da Iniciativa da Carta da Terra) no *I Encontro Internacional da Carta da Terra na Perspectiva da Educação*, realizado em São Paulo. Esse encontro aprovou um documento com o título: *Carta da ecopedagogia: em defesa de uma Pedagogia da Terra*.

Paulo Freire, que faleceu em 1997, foi o autor de um grande livro: *Pedagogia do oprimido*. Consideramos hoje a Terra também como um oprimido; por isso, precisamos também de uma pedagogia desse oprimido que é a Terra. Precisamos de uma *Pedagogia da Terra* como um grande capítulo da pedagogia do oprimido. Uma pedagogia que tem como suporte o paradigma Terra que considera este planeta como uma única comunidade, una e diversa.

A ecopedagogia não se opõe à **educação ambiental**. Ao contrário, para a ecopedagogia, a educação ambiental é um pressuposto básico. A ecopedagogia incorpora-a e oferece-lhe estratégias, propostas e meios para a sua realização concreta. Foi justamente durante a realização do Fórum Global 92, no qual se discutiu muito a educação ambiental, que se percebeu a importância de uma pedagogia do desenvolvimento sustentável e de uma *ecopedagogia*. Hoje, porém, a ecopedagogia tornou-se um movimento e uma perspectiva da educação, maior do que uma pedagogia do desenvolvimento sustentável. Ela está mais para a educação sustentável, para uma ecoeducação, que é mais

ampla do que a educação ambiental. A educação sustentável não se preocupa apenas com uma relação saudável com o meio ambiente, mas com o *sentido* mais profundo do que fazemos com a nossa existência, a partir da vida cotidiana.

Numa época de convergência de crises, com o advento do aquecimento global e de profundas mudanças climáticas, a ecopedagogia tem tudo a ver com uma **educação para a sustentabilidade**. Como afirma Gro Harlem Brundtland, no prefácio do Relatório das Nações Unidas *Our Common Future*, “a menos que sejamos capazes de traduzir nossas palavras em uma linguagem que atinja as mentes e corações das pessoas, velhas ou novas, não poderemos executar as extensas mudanças sociais necessárias para corrigir o curso do desenvolvimento”. Desenvolver subsídios teórico-práticos necessários para essa educação para a sustentabilidade é tarefa de outra pedagogia complementar à Pedagogia da Terra, a “pedagogia da sustentabilidade” (ANTUNES, 2002). A categoria *sustentabilidade*, como apresenta Leonardo Boff, é central para a cosmovisão ecológica e, possivelmente, constitui um dos fundamentos do novo paradigma civilizatório, que procura harmonizar ser humano, desenvolvimento e Terra, entendida como Gaia.

Educar para a cidadania planetária implica muito mais do que uma filosofia educacional, do que o enunciado de seus princípios. A educação para a cidadania planetária implica uma revisão dos nossos currículos, uma reorientação de nossa visão de mundo da educação como espaço de inserção do indivíduo não numa comunidade local, mas numa comunidade que é local e global ao mesmo tempo. Educar, então, não seria, como dizia Émile Durkheim, a transmissão da cultura “de uma geração para outra”, mas a grande viagem de

cada indivíduo no seu universo interior e no universo que o cerca.

Nessa trajetória, a ecopedagogia tem contribuído cada vez mais com a **educação para a cidadania planetária**. A sobrevivência do planeta Terra, nossa morada, depende da consciência socioambiental, e a formação da consciência depende da educação. A noção de cidadania planetária sustenta-se na visão unificadora do planeta e de uma sociedade mundial. Ela se manifesta em diferentes expressões: *nossa humanidade comum, nosso futuro comum, nossa pátria comum*. Cidadania planetária é uma expressão adotada para expressar um conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamentos, que demonstra uma nova percepção da Terra. Trata-se de um ponto de referência ético indissociável da civilização planetária.

O conceito de cidadania planetária tem a ver com a consciência, cada vez mais necessária, de que somos todos habitantes de uma única casa, de uma única morada, de uma única nação. Temos uma identidade terrena, somos terráqueos. Assim como nós, este planeta, como organismo vivo, tem uma história. Nossa história faz parte dele. Nós não estamos no mundo; nós somos partes dele. Não viemos ao mundo; viemos do mundo. Terra somos nós e tudo o que nela vive em harmonia dinâmica, compartilhando o mesmo espaço. Temos um destino comum.

Educar para a cidadania planetária pressupõe esse entendimento da nossa vida no planeta onde precisamos viver permanentes e complexas relações entre nós mesmos e outras formas de vida, numa simbiose onde nós, seres humanos, incorporamo-nos a um outro ser, que também está vivo, que nos acolhe, nos mantém vivos e se mantém vivo.

Todos esses conceitos encontram-se nos recentes desdobramentos da ecopedagogia. Ela deve ser considerada como uma pedagogia apropriada ao processo da Carta da Terra. Precisamos de uma ecopedagogia e uma ecoformação hoje, justamente porque sem essa pedagogia para a reeducação do homem/mulher, principalmente do homem ocidental, prisioneiro de uma cultura cristã predatória, não poderemos mais falar da Terra como um lar, como uma toca, para o “bicho-homem”, como fala Paulo Freire. Sem uma **educação sustentável**, a Terra continuará apenas sendo considerada como espaço de nosso sustento e de domínio técnico-tecnológico, objeto de nossas pesquisas, ensaios e, algumas vezes, de nossa contemplação. Mas não será o espaço de vida, o espaço do aconchego, de “cuidado”, como nos diz Leonardo Boff (1999).

A ecopedagogia está se desenvolvendo, seja como um **movimento pedagógico**, seja como **abordagem curricular**. Como a ecologia, a ecopedagogia também pode ser entendida como um *movimento social e político*. Como todo movimento novo, em processo, em evolução, ele é complexo e pode tomar diferentes direções. A ecopedagogia também implica uma *reorientação dos currículos* para que incorporem certos princípios e valores.

Os sistemas educacionais nasceram na Europa, no século 19, em plena era do desenvolvimento industrial e, apesar da atual diversidade de nações que os adotaram depois, eles são, hoje, muito semelhantes. No século 20, eles se fortaleceram com a expansão do direito à educação, consagrado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Apesar dessa consolidação e de programas internacionais de avaliação do desempenho escolar, como o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (Pisa), iniciamos o século 21 com

questionamentos sobre a sua capacidade de promover a paz e o entendimento. A Unesco, com razão, tem sustentado a necessidade de reorientar a educação, em todos os níveis, para uma cultura de paz e de sustentabilidade. Essa é a preocupação central da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) e de estudos recentes, como os de Peter Blaze Corcoran e Philip M. Osano (2009).

O conceito de “sustentabilidade” e de “sociedades sustentáveis”, tal como aparece na Carta da Terra, encerra todo um novo projeto de civilização e, aplicado à pedagogia, pode ter desdobramentos em todos os campos da educação, não apenas na educação ambiental (GADOTTI, 2008). Ele se torna, assim, um conceito-chave para entender a educação do futuro. Ele supõe novos princípios e valores, bem como sugere novos símbolos, como o *jardim*, na visão da educadora norte-americana Emily De Moore. Ela toma o jardim como metáfora e como realidade física. Num artigo para a Revista *Pátio*, ela nos fala dos “valores educacionais para a sustentabilidade”, entendendo o “jardim como currículo” (DE MOORE, 2000). A ideia de jardim encarna os novos valores de sustentabilidade que estão surgindo. O jardim permite trabalhar com a terra, aprender a cuidar da “teia da vida” (CAPRA, 1996). Perceber a Terra através da terra. Ver a semente assumir a forma de planta, e a planta, a forma de alimento, o alimento que nos dá vida. Ensina-nos a paciência e o manuseio cuidadoso da terra entre o semear e o colher. Aprender que as coisas não nascem prontas. Precisam ser cultivadas, cuidadas. Aprendendo, também, que o mundo não está pronto, está se fazendo, está nos fazendo; que sua construção exige persistência, paciência esperançosa da semente que, em algum momento, será broto e será flor e será fruto.

Emily De Moore cita a *pedagogia do oprimido* de Paulo Freire e seu *pioneirismo* nesta pedagogia, afirmando que ele, há mais de quarenta anos, alertava que os sistemas de vida da Terra estavam sofrendo grandes estragos a ponto de perderem a capacidade de sustentar a vida no planeta. “Se quisermos adotar uma pedagogia que produza valores de sustentabilidade, o pensamento de Freire deve ser entendido para incluir a libertação do mundo natural” (DE MOORE, 2000, p. 12). E, a seguir, cita uma passagem do livro *Pedagogia do oprimido* de Paulo Freire: “A consciência do opressor tende a transformar tudo a seu redor em um objeto de sua dominação. A terra, a propriedade, a produção, as criações das pessoas, as próprias pessoas, o tempo – tudo é reduzido à condição de objetos a sua disposição”. Paulo Freire tinha essa consciência alargada do mundo, como podemos constatar no mesmo livro (FREIRE, 1975, p. 94), quando afirma que “o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam esses oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa”. Emily De Moore (2000, p. 14) conclui dizendo que

[...] este modelo curricular é essencial se quisermos fornecer aos estudantes o conhecimento, as habilidades e a consciência crítica necessários não apenas para a justiça ou a eficácia social, preocupações importantes da teoria curricular, mas também para a realização da verdadeira liberdade, comunidade e sustentabilidade da Terra e suas formas de vida.

Muitas são as práticas concretas de reorientação do currículo por meio do conceito de sustentabilidade e dos princípios e valores da Carta da Terra. Muitas já foram divulgadas (UNESCO, 2007). Charles Hopkins apresentou oito estudos de caso de *boas práticas* de instituições

de formação de professores (UNESCO, 2007), abrangendo um conjunto de países e de temáticas. Um documento publicado pela Iniciativa da Carta da Terra da Costa Rica (UNESCO/Earth Charter International, 2007) também apresentou uma série de boas práticas que se utilizam da Carta da Terra na educação para a sustentabilidade.

Os sistemas educacionais, em geral, são baseados em princípios predatórios, em uma racionalidade instrumental, reproduzindo valores insustentáveis. Para introduzir uma cultura da sustentabilidade nos sistemas educacionais, nós precisamos reeducar o sistema: ele faz parte do problema como também faz parte da solução. Por isso, precisamos de uma nova pedagogia.

Estou convencido de que a sustentabilidade é um conceito poderoso, uma oportunidade para que a educação renove seus velhos sistemas, fundados em princípios e valores competitivos. Introduzir uma cultura da sustentabilidade e da paz nas comunidades escolares é essencial para que elas sejam mais cooperativas e menos competitivas. Nesse sentido, a ecopedagogia e a Carta da Terra podem dar uma grande contribuição.



Capítulo 4

Um passo adiante

Em 2005, as Nações Unidas lançaram a *Década da Educação Para o Desenvolvimento Sustentável*. Ela se constitui numa grande oportunidade para a renovação dos currículos dos sistemas formais de educação e da educação popular. Em abril de 2006, o 4º *Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental* realizou em Joinville debates sobre a relação entre educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável. Vista com desconfiança no início, a *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* é reconhecida hoje como uma nova oportunidade para promover a educação ambiental.

Nesse Congresso, pudemos notar que não tem sentido falar que a educação para o desenvolvimento sustentável esteja *substituindo* a noção de educação ambiental. São conceitos complementares e não antagônicos. Foi só a desinformação que causou alguma confusão, num primeiro momento. Por isso, parece-nos inadequado falar em *trânsito* da educação ambiental para a educação para o desenvolvimento sustentável.

Em San José da Costa Rica foi realizada, de 31 de outubro a 2 de novembro de 2006, uma reunião latino-americana de educadores ambientais com o objetivo de estabelecer metas, prioridades e estratégias comuns da região para alcançar os objetivos da *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*. A *Década* tem o grande mérito de recolocar o tema do *desenvolvimento*

sustentável na prática da educação ambiental. Não se pode separar a crise ambiental da crise civilizatória e da crise de um modelo econômico insustentável. O modelo civilizatório dominante degrada o meio ambiente, desvaloriza a diversidade cultural, privilegiando um *modo de vida*, um *estilo de vida* insustentável. A crise ambiental é também uma crise ética. A Carta da Terra foi vista, neste encontro, como um documento essencial na crítica desse modelo econômico. Com sua experiência vivida de 17 anos de existência, a Carta da Terra pode contribuir muito na Década, também na sua implementação, no seu acompanhamento e na sua avaliação crítica.

No final de abril de 2007, o Conselho Internacional da Carta da Terra reuniu-se na Amana-Key, em São Paulo. Um seminário de três dias precedeu e preparou a reunião. Venho acompanhando o processo da Carta da Terra desde 1992 e creio que essa foi uma das reuniões mais importantes realizadas pela Iniciativa da Carta da Terra, pelas possibilidades que abriu para a expansão do seu processo. É sobre esse encontro que gostaria de tecer algumas considerações, com a intenção de sistematizar suas principais contribuições e ajudar o processo da Carta da Terra a dar mais um passo em direção à *vida sustentável*, seu maior objetivo.

Uma das propostas discutidas no encontro é que a Carta da Terra trabalhe como uma organização *caórdica*, isto é, que aceite ao mesmo tempo o *caos* (liberdade criativa, espaço para inovar, espaço para a diversidade de ideias) e a *ordem* (aquele mínimo de diretrizes a ser seguido por todos os envolvidos, que faz com que o todo funcione e evolua). Essa ideia foi exposta pelo coordenador do seminário e diretor do Amana-Key, Oscar Motomura. O propósito é reforçar

um *design organizacional* que se opõe ao *design* hierárquico, de comando e de controles, que ainda prevalece nas atuais organizações no mundo. A essência deve ser duradoura. A forma não. Ela deve ser transitória.

O caos criativo assegura que a organização continue evoluindo e se renovando. A organização é um organismo vivo. No caórdico, há descentralização máxima de poder. A organização precisa cultivar igualdade, autonomia e oportunidade para todos. Numa organização caórdica, a liderança precisa ser biológica, motivadora, sem relação de mando e de subordinação. Nela prevalece o profissionalismo e senso de corresponsabilidade. No caórdico, privilegia-se a diversidade. No caórdico, o comportamento das pessoas é algo espontâneo e não condicionado.

Essa horizontalidade e respeito à diversidade é característica da **ação em rede**. Numa rede não há chefes, não há poder a ser conquistado ou acumulado. Cada um se engaja porque está convencido da causa, sem necessidade de determinação superior. Numa rede, o que conta é o coletivo em permanente ação. Organizações desse tipo combinam elementos da ordem e do caos. A ordem é constituída pela missão, que é permanente, e o caos é constituído por estruturas em permanente mudança, adequando-se e adaptando-se aos fins e aos objetivos propostos na missão organizacional.

O processo da Carta da Terra precisa ser biológico (capilar, catalisador), o contrário do processo burocrático. Se adotarmos um processo biológico, a estrutura naturalmente vai mudar. Com um processo biológico não precisamos de grandes estruturas. A estrutura precisa ser flexível, ágil, descentralizada, democratizada. A estrutura precisa ser virótica, em redes de ajuda mútua. Em vez de centralizar,

o processo cria **pontos de irradiação**, na forma de redes. A informação tem que circular entre os diferentes pontos. A gente funciona melhor quando está motivado. Quanto mais burocracia, mais disputa de território, disputa pelo controle.

O papel dos dirigentes é o de articular, o de enlace entre os nós das redes. Portanto, o papel de estímulo à corresponsabilidade, à cooperação. Sem estresse, com pureza e serenidade. A serenidade é a chave da eficiência, da eficácia. O desafio é gerar cooperação. É promover e implementar. A adesão à Carta da Terra exige, por parte das pessoas e instituições que a ela aderem, um forte engajamento, com compromisso explícito com a prática de seus valores e princípios.

A **missão** da Carta da Terra é contribuir na construção de formas sustentáveis de vida com base no seu marco ético, que inclui o respeito à comunidade de vida, a integridade ecológica, os direitos humanos, a diversidade, a justiça econômica, a democracia e a cultura de paz. Só através de um **processo catalisador**, que provoque setores-chaves da sociedade, em muitos lugares, onde for possível, pode ajudar a Carta da Terra a cumprir sua missão. Oscar Motomura, no encontro acima citado, nos falou de três desafios básicos da Carta da Terra: *disseminação* (divulgação, sensibilização, integração), *educação* (conhecimento, inspiração, empatia) e *mudança cultural*. Divulgar, compreender, viver. Acariciar o mundo; não bombardeá-lo.

Precisamos empoderar, otimizar o que já existe pela articulação. A saída é **superar a fragmentação**, potencializar o que já estamos fazendo, dando visibilidade; organizar-se em rede de autogestão e responsabilidade compartilhada, sem a preocupação de ter o controle. Não precisamos estar

preocupados, o tempo todo, com a gerência do processo. Criar serviços de intercâmbio internacional. Existem muitos grupos trabalhando, mas não conectados. É preciso reconhecer que muitas pessoas já vivem os princípios da Carta da Terra, mas não conhecem o texto da Carta da Terra. Tem muita gente pensando como pensa a Carta da Terra e aplicando em suas vidas cotidianas seus princípios e valores.

O seminário na Amana-Key mostrou que é crucial criar uma circulação intensa entre os afiliados da Carta da Terra. Aumentar o número de afiliados e pontos focais e transformá-los em pontos de irradiação. Criar uma informação ágil e rápida e estabelecer uma forte **confiança mútua**. Para sermos parceiros, precisamos recuperar a confiança no ser humano desde o primeiro contato e não só depois de nos conhecer melhor. Para sermos parceiros, precisamos acreditar na espécie humana, recuperar a crença, a compaixão pelo outro. Não ver o estranho, o desconhecido, como inimigo. Acolher. Não ser indiferente. Estar aberto ao que chega até nós.

A Carta da Terra é um documento, entre outros, mesmo que especial, relacionado com essa enorme **reserva de altruísmo** que ainda existe no mundo. Ela não deve competir com outros documentos. As pessoas não devem sentir-se ameaçadas pela Carta da Terra. Portanto, ceder o mérito, legitimar a quem já segue os princípios e valores da Carta da Terra. As diferentes ações precisam falar-se. Fortalecer as redes, fazer parceria entre diferentes projetos. A Carta da Terra não é um *guarda-chuva* para colocar debaixo de suas asas tudo; ela é a base, os pés, princípios de um mundo sustentável, isto é, que *sustenta*, como as raízes que dão *asas* às copas frondosas das árvores.



Conclusão

Um convite da mãe Terra

A Carta da Terra não é mais uma embalagem entre tantas. Ela é um **conteúdo** e não um **continente**. Seu conteúdo é como um líquido: ajusta-se a todos os continentes, como uma corrente sanguínea. Ela não é um envelope. É seu conteúdo. Não é tampouco mais um território a ser conquistado. Ela deixa fluir. Devemos entender a Carta da Terra como um **convite**, não apenas como um documento. O documento é portador de um convite para uma vida mais sustentável. A Carta da Terra é um convite da própria mãe Terra para seus filhos. Um convite ancestral.

A Carta da Terra não é propriedade particular de nenhuma pessoa, instituição ou organização. Ela é da própria Terra. É da comunidade de vida da Terra da qual o ser humano é um capítulo. A espiritualidade da Terra é um convite para a sinergia de todos os seres vivos que nela habitam. Ela é um documento inspirador que ninguém tem o controle sobre ele. A Comissão da Carta da Terra busca apenas preservar esse espírito. Não controle, mas facilitação, sinergia entre todos aqueles e aquelas que desejam trabalhar pela vida. Não controle, mas fazer fluir esse espírito renovador. Provocar a adesão voluntária das pessoas que se envolvem com os seus princípios e valores.

Portanto, a Carta da Terra é, ao mesmo tempo, um processo, um movimento e um documento. Ela é portadora do sentido de uma **nova civilização**, uma civilização da

simplicidade, da autoridade voluntária e da cordialidade com a natureza. Como um dos presentes no Seminário da Amaná-Key, de abril de 2007, Leonardo Boff sustentou que a Carta da Terra “é melhor do que a Carta dos Direitos Humanos”. Ela é muito mais ampla, englobando toda a comunidade de vida. Ela está questionando o nosso próprio modo de vida. Devemos pensar quanticamente que tudo está ligado a tudo. Não estamos sozinhos. Estamos unidos uns aos outros, em ondas e partículas. Há entre todos nós um entrelaçamento quântico, como dois elétrons num só: o que um faz ressoa no outro, mesmo a distância. Se tudo surgiu do *big bang*, todos estamos conectados desde o princípio do tempo e do espaço, física e espiritualmente, como no *inconsciente coletivo* de Jung.

Nós declaramos que amamos a Terra, mas nosso amor pela Terra não é ingênuo. Sabemos que devemos fazer opções, cuidar das nossas escolhas. Não aceitarmos qualquer forma de adesão à Carta da Terra. Não aceitarmos adesões oportunísticas. Não podemos ser absorvidos pelo sistema que estamos combatendo. Estamos num período de transição para outro sistema, para outro paradigma. O sistema que temos produziu a guerra e a destruição. Não podemos aceitar que ele queira, agora, astutamente, *compartilhar* valores que nunca incorporou, apenas como uma estratégia de, diante da situação que o planeta vive, encontrar formas de sobrevivência do que gerou a destruição da vida. Não aceitamos que a sustentabilidade seja considerada pelo mercado como um novo nicho de oportunidades de negócio. Nós não queremos salvar o sistema que destruiu o planeta. Queremos algo diferente do que aí está.

Precisamos fazer opções políticas. Ter consciência crítica. Temos que saber com clareza porque o mundo está

desse jeito. Como nos disse, enfaticamente, no final do encontro acima citado, Márcia Miranda, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, “quero amar a Terra, mas quero amar os que têm fome, os violentados, os empobrecidos... que são o reflexo do desamor do sistema que aí está”. Como posso eu falar do meu amor para aqueles e aquelas que nunca viveram em situação de amor?

A Carta da Terra já fez um bom caminho, principalmente na educação, porque em processos educativos não é possível separar competências de valores éticos. O processo educativo não é competente se não for ético. A iniciativa da Carta da Terra entendeu que era preciso avançar ainda mais e propôs um guia para usar a Carta da Terra na Educação (vide Anexo 3), como um instrumento de trabalho. Para nós, educadores, ele nos servirá também para sermos melhores professores, mais felizes, sabendo que o que ensinamos não é significativo apenas para nossos alunos; ele é essencial para a vida de nossa mãe Terra. Devemos entender a Carta da Terra como um convite da própria Terra para seus filhos. O que acontecer à mãe Terra recairá fatalmente sobre nós, seus filhos.



Anexo 1

Carta da Terra

PREÂMBULO

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida e com as futuras gerações.

Terra, nosso lar

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva como uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus

sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global, com seus recursos finitos, é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

A situação global

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

Desafios para o futuro

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem alcançadas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais, não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos no meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Nossos desafios ambientais, econômicos,

políticos, sociais e espirituais estão interligados e juntos podemos forjar soluções includentes.

Responsabilidade universal

Para realizar estas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre, bem como com nossa comunidade local. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual as dimensões local e global estão ligadas. Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida e com humildade em relação ao lugar que ocupa o ser humano na natureza. Precisamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando a um modo de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos e instituições transnacionais será guiada e avaliada.

PRINCÍPIOS

I. Respeitar e cuidar da comunidade de vida

1. *Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.*
 - a. Reconhecer que todos os seres são interligados e cada forma de vida tem valor, independentemente de sua utilidade para os seres humanos.

- b. Afirmar a fé na dignidade inerente de todos os seres humanos e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade.

2. *Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.*

- a. Aceitar que, com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais, vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas.
- b. Assumir que o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder implica responsabilidade na promoção do bem comum.

3. *Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.*

- a. Assegurar que as comunidades, em todos os níveis, garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a oportunidade de realizar seu pleno potencial.
- b. Promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a consecução de uma condição de vida significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.

4. *Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.*

- a. Reconhecer que a liberdade de ação de cada geração é condicionada pelas necessidades das gerações futuras.
- b. Transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apoiem, a longo prazo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra.

Para poder cumprir estes quatro amplos compromissos, é necessário:

II. Integridade ecológica

5. *Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.*

- a. Adotar planos e regulamentações de desenvolvimento sustentável, em todos os níveis, que façam com que a conservação ambiental e a reabilitação sejam parte integral de todas as iniciativas de desenvolvimento.
- b. Estabelecer e proteger reservas viáveis da natureza e da biosfera, incluindo terras selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de sustento à vida da Terra, manter a biodiversidade e preservar nossa herança natural.
- c. Promover a recuperação de espécies e ecossistemas ameaçados.
- d. Controlar e erradicar organismos não nativos ou modificados geneticamente que causem dano às espécies nativas, ao meio ambiente, e prevenir a introdução desses organismos daninhos.
- e. Manejar o uso de recursos renováveis, como água, solo, produtos florestais e vida marinha, de forma que não excedam as taxas de regeneração e que protejam a sanidade dos ecossistemas.
- f. Manejar a extração e o uso de recursos não renováveis, como minerais e combustíveis fósseis, de forma que se minimize seu esgotamento e não causem sérios danos ambientais.

6. *Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.*

- a. Orientar ações para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais, mesmo quando a informação científica for incompleta ou não conclusiva.
- b. Impor o ônus da prova àqueles que afirmarem que a atividade proposta não causará dano significativo e fazer com que os grupos sejam responsabilizados pelo dano ambiental.
- c. Garantir que a decisão a ser tomada se oriente pelas consequências humanas globais, cumulativas, de longo prazo, indiretas e de longo alcance.
- d. Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioativas, tóxicas ou outras substâncias perigosas.
- e. Evitar que atividades militares causem dano ao meio ambiente.

7. *Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.*

- a. Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.
- b. Atuar com restrição e eficiência no uso de energia e recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis, como a energia solar e do vento.
- c. Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência equitativa de tecnologias ambientais saudáveis.

- d. Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e habilitar os consumidores a identificar produtos que satisfaçam às mais altas normas sociais e ambientais.
- e. Garantir acesso universal à assistência de saúde que fomente a saúde reprodutiva e a reprodução responsável.
- f. Adotar estilos de vida que acentuem a qualidade e condição de vida material num mundo finito.

8. *Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.*

- a. Apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada à sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.
- b. Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuam para a proteção ambiental e o bem-estar humano.
- c. Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público.

III. Justiça social e econômica

9. *Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.*

- a. Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, aos solos não contaminados, ao

abrigo e saneamento seguro, distribuindo os recursos nacionais e internacionais requeridos.

- b. Prover cada ser humano de educação e recursos para assegurar uma condição de vida sustentável, e proporcionar seguro social e segurança coletiva a todos aqueles que não são capazes de manter-se por conta própria.
- c. Reconhecer os ignorados, proteger os vulneráveis, servir àqueles que sofrem, e permitir-lhes desenvolver suas capacidades e alcançar suas aspirações.

10. *Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.*

- a. Promover a distribuição equitativa da riqueza dentro das e entre as nações.
- b. Incrementar os recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento e isentá-las de dívidas internacionais onerosas.
- c. Garantir que todas as transações comerciais apoiem o uso de recursos sustentáveis, a proteção ambiental e normas trabalhistas progressistas.
- d. Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício do bem comum e responsabilizá-las pelas consequências de suas atividades.

11. *Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, à assistência de saúde e às oportunidades econômicas.*

- a. Assegurar os direitos humanos das mulheres e das meninas e acabar com toda violência contra elas.
- b. Promover a participação ativa das mulheres em todos os aspectos da vida econômica, política, civil, social e cultural, como parceiras plenas e paritárias, tomadoras de decisão, líderes e beneficiárias.
- c. Fortalecer as famílias e garantir a segurança e a educação amorosa de todos os membros da família.

12. *Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.*

- a. Eliminar a discriminação em todas as suas formas, como as baseadas em raça, cor, gênero, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social.
- b. Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas a formas sustentáveis de vida.
- c. Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os a cumprir seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis.
- d. Proteger e restaurar lugares notáveis pelo significado cultural e espiritual.

IV. Democracia, não violência e paz

13. *Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de*

contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e acesso à justiça.

- a. Defender o direito de todas as pessoas receberem informação clara e oportuna sobre assuntos ambientais e todos os planos de desenvolvimento e atividades que possam afetá-las ou nos quais tenham interesse.
- b. Apoiar sociedades civis locais, regionais e globais e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações na tomada de decisões.
- c. Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de reunião pacífica, de associação e de oposição.
- d. Instituir o acesso efetivo e eficiente a procedimentos administrativos e judiciais independentes, incluindo retificação e compensação por danos ambientais e pela ameaça de tais danos.
- e. Eliminar a corrupção em todas as instituições públicas e privadas.
- f. Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios ambientes, e atribuir responsabilidades ambientais aos níveis governamentais onde possam ser cumpridas mais efetivamente.

14. *Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.*

- a. Oferecer a todos, especialmente a crianças e jovens, oportunidades educativas que lhes permitam contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável.

- b. Promover a contribuição das artes e humanidades, assim como das ciências, na educação para a sustentabilidade.
- c. Intensificar o papel dos meios de comunicação de massa no sentido de aumentar a consciência sobre os desafios ecológicos e sociais.
- d. Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma condição de vida sustentável.

15. *Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.*

- a. Impedir crueldades aos animais mantidos em sociedades humanas e protegê-los de sofrimentos.
- b. Proteger animais selvagens de métodos de caça, armadilhas e pesca que causem sofrimento extremo, prolongado ou evitável.
- c. Eliminar a captura ou destruição de espécies, por diversão, negligência ou desconhecimento.

16. *Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.*

- a. Estimular e apoiar o entendimento mútuo, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro das e entre as nações.
- b. Implementar estratégias amplas para prevenir conflitos violentos e usar a colaboração na resolução de problemas para manejar e resolver conflitos ambientais e outras disputas.
- c. Desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica.

- d. Eliminar armas nucleares, biológicas e tóxicas e outras armas de destruição em massa.
- e. Assegurar que o uso do espaço orbital e cósmico mantenha a proteção ambiental e a paz.
- f. Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da qual somos parte.

O CAMINHO ADIANTE

Como nunca antes na história, o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que nos comprometer a adotar e promover os valores e objetivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável nos níveis local, nacional, regional e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa, e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão. Devemos aprofundar e expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca iminente e conjunta por verdade e sabedoria.

A vida, muitas vezes, envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Porém, necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo

prazo. Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efetiva.

Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra como um instrumento internacional legalmente unificador quanto ao ambiente e ao desenvolvimento.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz e a alegre celebração da vida.



Anexo 2

Carta da Ecopedagogia: em defesa de uma Pedagogia da Terra

1. Nossa Mãe Terra é um organismo vivo e em evolução. O que for feito a ela repercutirá em todos os seus filhos. Ela requer de nós uma consciência e uma cidadania planetárias, isto é, o reconhecimento de que somos parte da Terra e de que podemos perecer com a sua destruição ou podemos viver com ela em harmonia, participando do seu devir.

2. A mudança do paradigma economicista é condição necessária para estabelecer um desenvolvimento com justiça e equidade. Para ser sustentável, o desenvolvimento precisa ser economicamente factível, ecologicamente apropriado, socialmente justo, incluyente, culturalmente equitativo, respeitoso e sem discriminação. O bem-estar não pode ser só social; deve ser também sócio-cósmico.

3. A sustentabilidade econômica e a preservação do meio ambiente dependem também de uma consciência ecológica e esta da educação. A sustentabilidade deve ser um princípio interdisciplinar reorientador da educação, do planejamento escolar, dos sistemas de ensino e dos projetos político-pedagógicos da escola. Os objetivos e conteúdos curriculares devem ser significativos para o(a) educando(a) e também para a saúde do planeta.

4. A ecopedagogia, fundada na consciência de que pertencemos a uma única comunidade da vida, desenvolve a solidariedade e a cidadania planetárias. A cidadania planetária

supõe o reconhecimento e a prática da planetaridade, isto é, tratar o planeta como um ser vivo e inteligente. A planetaridade deve levar-nos a sentir e viver nossa cotidianidade em conexão com o universo e em relação harmônica consigo, com os outros seres do planeta e com a natureza, considerando seus elementos e dinâmica. Trata-se de uma opção de vida por uma relação saudável e equilibrada com o contexto, consigo mesmo, com os outros, com o ambiente mais próximo e com os demais ambientes.

5. A partir da problemática ambiental vivida cotidianamente pelas pessoas nos grupos e espaços de convivência e na busca humana da felicidade, processa-se a consciência ecológica e opera-se a mudança de mentalidade. A vida cotidiana é o lugar do sentido da pedagogia, pois a condição humana passa inexoravelmente por ela. A ecopedagogia implica numa mudança radical de mentalidade em relação à qualidade de vida e ao meio ambiente, que está diretamente ligada ao tipo de convivência que mantemos com nós mesmos, com os outros e com a natureza.

6. A ecopedagogia não se dirige apenas aos educadores, mas a todos os cidadãos do planeta. Ela está ligada ao projeto utópico de mudança nas relações humanas, sociais e ambientais, promovendo a educação sustentável (ecoeducação) e ambiental com base no pensamento crítico e inovador, em seus modos formal, não formal e informal, tendo como propósito a formação de cidadãos com consciência local e planetária que valorizem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.

7. As exigências da sociedade planetária devem ser trabalhadas pedagogicamente a partir da vida cotidiana, da subjetividade, isto é, a partir das necessidades e interesses das pessoas. Educar para a cidadania planetária supõe o

desenvolvimento de novas capacidades, tais como: sentir, intuir, vibrar emocionalmente; imaginar, inventar, criar e recriar; relacionar e interconectar-se, auto-organizar-se; informar-se, comunicar-se, expressar-se; localizar, processar e utilizar a imensa informação da aldeia global; buscar causas e prever conseqüências; criticar, avaliar, sistematizar e tomar decisões. Essas capacidades devem levar as pessoas a pensar e agir processualmente, em totalidade e transdisciplinarmente.

8. A ecopedagogia tem por finalidade reeducar o olhar das pessoas, isto é, desenvolver a atitude de observar e evitar a presença de agressões ao meio ambiente e aos viventes e o desperdício, a poluição sonora, visual, a poluição da água e do ar etc. para intervir no mundo no sentido de reeducar o habitante do planeta e reverter a cultura do descartável. Experiências cotidianas aparentemente insignificantes, como uma corrente de ar, um sopro de respiração, a água da manhã na face, fundamentam as relações consigo mesmo e com o mundo. A tomada de consciência dessa realidade é profundamente formadora. O meio ambiente forma tanto quanto ele é formado ou deformado. Precisamos de uma ecoformação para recuperarmos a consciência dessas experiências cotidianas. Na ânsia de dominar o mundo, elas correm o risco de desaparecer do nosso campo de consciência, se a relação que nos liga a ele for apenas uma relação de uso.

9. Uma educação para a cidadania planetária tem por finalidade a construção de uma cultura da sustentabilidade, isto é, uma biocultura, uma cultura da vida, da convivência harmônica entre os seres humanos e entre estes e a natureza. A cultura da sustentabilidade deve nos levar a saber selecionar o que é realmente sustentável em nossas

vidas, em contato com a vida dos outros. Só assim seremos cúmplices nos processos de promoção da vida e caminharremos com sentido. Caminhar com sentido significa dar sentido ao que fazemos, compartilhar sentidos, impregnar de sentido as práticas da vida cotidiana e compreender o sem sentido de muitas outras práticas que aberta ou solapadamente tratam de impor-se e sobrepor-se a nossas vidas cotidianamente.

10. A ecopedagogia propõe uma nova forma de governabilidade diante da ingovernabilidade do gigantismo dos sistemas de ensino, propondo a descentralização e uma racionalidade baseadas na ação comunicativa, na gestão democrática, na autonomia, na participação, na ética e na diversidade cultural. Entendida dessa forma, a ecopedagogia se apresenta como uma nova pedagogia dos direitos que associa direitos humanos – econômicos, culturais, políticos e ambientais - e direitos planetários, impulsionando o resgate da cultura e da sabedoria popular. Ela desenvolve a capacidade de deslumbramento e de reverência diante da complexidade do mundo e a vinculação amorosa com a Terra.



Anexo 3

Um guia para usar a Carta da Terra na Educação

Iniciativa Internacional da Carta da Terra - 2009

I. INTRODUÇÃO

A Carta da Terra é fruto de um diálogo mundial, de uma década, entre várias culturas, sobre objetivos em comum e valores compartilhados. Ela foi delineada por uma iniciativa da sociedade civil e lançada em 2000. A missão da Iniciativa da Carta da Terra é promover a transição para estilos de vida sustentáveis, para uma sociedade global fundamentada em um modelo de ética compartilhada, que inclui o respeito e o cuidado pela comunidade da vida, a integridade ecológica, a democracia e uma cultura de paz.

Este Guia é direcionado a todos os educadores que se interessam em desenvolver sistemas e programas educacionais que preparam jovens e adultos para um modo de vida sustentável como cidadãos locais e globais, responsáveis no século 21. Fornece informações básicas sobre como usar a Carta da Terra em experiências educacionais. É de grande auxílio para educadores que trabalham nas áreas de educação ambiental, educação para o desenvolvimento sustentável, educação para os direitos humanos, educação para uma ecologia humana, educação para a paz, educação humanitária, educação social e áreas associadas. A Carta da Terra também pode ser

usada para avaliar e reconstruir o currículo inteiro e as práticas de gestão de uma instituição educacional com o objetivo de assegurar que a instituição esteja fazendo tudo que pode na preparação dos alunos para os grandes desafios de nossos tempos.

A segunda parte deste guia descreve, em linhas gerais, a educação para formas de vida sustentáveis e a importância da Carta da Terra como um recurso de ensino e aprendizado. A terceira parte discute o significado da ética e explica o papel importante dos valores éticos na Carta da Terra. A quarta parte identifica temas principais que a Carta da Terra pode ajudar a abordar em diversos ambientes educacionais. A quinta parte lista vários objetivos educacionais que os professores podem considerar quando usarem a Carta da Terra. A sexta parte apresenta diretrizes para desenvolver materiais e programas educacionais baseados na Carta da Terra.

O Princípio 14 da Carta da Terra enfatiza a necessidade de “integrar na educação formal e no aprendizado de uma vida inteira o conhecimento, os valores e as habilidades necessárias para se ter uma forma de vida sustentável”. Desde o começo, a educação tem estado no centro do propósito da Carta da Terra e tem sido um dos principais focos dos programas desta Iniciativa.

Um importante conjunto de conhecimentos vem sendo desenvolvido em torno do uso da Carta da Terra no ensino e no aprendizado. Educadores de todas as regiões do mundo têm contribuído para esse conjunto de conhecimentos, baseando-se em suas experiências práticas na aplicação da Carta da Terra em diversos ambientes educacionais.

II. EDUCAÇÃO PARA ESTILOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS E A CARTA DA TERRA

A Carta da Terra está sendo usada na educação de todas as idades e dentro de contextos formais e não formais. Tem provado ser um instrumento de ensino muito valioso no campo da educação ambiental, e seus princípios estão de acordo com as primeiras definições de educação ambiental da Unesco, encontradas na Carta de Belgrado (1975) e na Declaração Tbilisi (1977). Tem sido utilizada na educação para os direitos humanos e para a paz e em novos esforços educacionais, que têm como objetivo a sustentabilidade, designada de várias maneiras: como educação para o desenvolvimento sustentável, educação para a sustentabilidade e, até mesmo, educação ambiental para o desenvolvimento sustentável. Nesses diversos cenários, a Carta da Terra está contribuindo para a conceitualização crítica dos processos de educação que visam desenvolver a compreensão e promover justiça, sustentabilidade e paz.

A Organização das Nações Unidas declarou que 2005-2014 é a *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (Deds), e o entendimento da ONU da Educação para Desenvolvimento Sustentável inclui questões mais amplas de justiça, sustentabilidade e paz. De acordo com o plano da Unesco para a implementação da Deds, o objetivo principal da Década é “integrar os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável em todos os aspectos do aprendizado para encorajar mudanças de comportamento que permitam uma sociedade mais sustentável e justa para todos”. Uma pergunta-chave para a Deds é: *quais os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável e os princípios éticos que podem guiar maneiras sustentáveis de viver?*

A Carta da Terra reflete um consenso crescente na emergente sociedade civil global sobre valores universais para o desenvolvimento sustentável, e pode-se afirmar, sem dúvida, que representa um conjunto central de princípios éticos compartilhados por uma base ampla e multicultural de apoiadores globais. Na visão holística promovida pela Carta da Terra, o desenvolvimento sustentável ou maneiras sustentáveis de vida requerem mudanças nos corações e nas mentes dos indivíduos, assim como na reorientação de políticas e práticas públicas. A educação é chave para avançar a transição para maneiras mais sustentáveis de viver, porque ela pode ajudar a gerar relacionamentos mais empáticos entre os humanos e entre os humanos e o mundo natural. Pode facilitar a procura criativa de formas de desenvolvimento que sejam mais ambiental e socialmente responsáveis. Para que isso aconteça, é crucial promover uma educação que ajude as pessoas a entenderem as mudanças fundamentais necessárias quando se busca o desenvolvimento sustentável.

A frase de abertura do preâmbulo da Carta da Terra diz: “Estamos diante de um momento crítico da história da Terra, uma época em que a humanidade deve escolher seu futuro”. Primeiro, e mais importante, isso envolve uma escolha de valores éticos orientadores. Nesse aspecto, a Carta da Terra pede um novo senso de responsabilidade universal que reflita o espírito de solidariedade com toda a família humana, incluindo as futuras gerações e o compromisso de proteger o bem-estar da comunidade da vida como um todo, da qual a humanidade é uma parte interdependente. A educação tem um papel crítico a desempenhar para despertar esse senso de responsabilidade universal.

A educação em valores é um campo contestado, devido

a preocupações sobre “quais” valores e “de quem” são os valores que estão sendo promovidos. Tais preocupações formam uma questão menor quando os valores examinados representam valores centrais que respeitam a dignidade humana, são afirmações de vida e são consistentes com aqueles de muitas culturas em todo o mundo. Entretanto, o pensamento crítico é necessário em relação a quais valores devem guiar nossas decisões e ações.

A Carta da Terra proporciona uma estrutura integrada e coerente para desenvolver programas e currículos educacionais que visam ao ensino e ao aprendizado de um mundo mais justo, sustentável e pacífico. A abordagem integrada promovida pela Carta da Terra enfatiza as relações entre os diferentes desafios enfrentados pela humanidade, que vão da erradicação da pobreza à proteção dos sistemas ecológicos da Terra, até a eliminação de todas as formas de discriminação. A Carta da Terra pode ser usada como um recurso para exercitar o ensino e a aprendizagem em muitos campos e pode ajudar na busca de conexões e inter-relacionamentos entre as várias dimensões da sustentabilidade.

A Carta da Terra pode ajudar a melhorar a qualidade da educação, servindo como um veículo para integrar a ética no currículo. A “Educação de Qualidade” é baseada nos quatro pilares do movimento *Educação para Todos: aprendendo para saber, aprendendo para fazer, aprendendo a viver junto e com os outros e aprendendo a ser* (DELORS et al., 1996).

De muita relevância aqui é o Princípio 2 da Carta da Terra, que pede uma ética e uma pedagogia do cuidado: “Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor”. O Preâmbulo da Carta da Terra enfatiza que “Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem

supridas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais e não a ter mais”, e a Carta da Terra afirma, no Princípio 1b: “fé no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade”. Usando a Carta da Terra como uma ferramenta para reflexão crítica e ações responsáveis, os processos educacionais podem ajudar a desenvolver uma orientação direcionada à vida, baseada no conceito do cuidar, e podem ajudar os alunos a se tornarem pessoas com todo seu potencial.

Muitos outros princípios têm implicações educacionais específicas. Por exemplo, o Princípio 8 indica a necessidade de “avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover o intercâmbio aberto e aplicação ampla do conhecimento adquirido”. O Princípio 11 afirma a necessidade de reconhecer “a igualdade e equidade de gêneros como pré-requisitos para desenvolvimento sustentável e assegurar acesso universal à educação, à assistência de saúde e às oportunidades econômicas”. Esse princípio está relacionado aos esforços dos movimentos *Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio* e *Educação para Todos* no sentido de promover educação básica para todos, equidade de gênero na educação e a melhoria na qualidade da educação.

III. ÉTICA E A CARTA DA TERRA

A Carta da Terra apresenta princípios éticos e diretrizes gerais para formas de vida sustentáveis e para a construção de uma comunidade global. Ela desafia as pessoas a pensarem sobre valores éticos e a expandirem sua consciência ética.

A ética, como uma disciplina filosófica, está interessada na indagação relativa ao que é certo e errado, bom e mau,

na conduta humana. Os valores éticos de uma sociedade formam o guia do que é considerado certo e errado nas relações entre as pessoas e entre as pessoas e todo o mundo vivo. Valores éticos compartilhados são os fundamentos e normas da comunidade. Os valores éticos de uma pessoa refletem que tipo de pessoa ela escolhe ser e qual qualidade de vida comunitária ela escolhe apoiar e sustentar.

As pessoas herdaram valores éticos de suas famílias e de suas culturas. Conforme o indivíduo amadurece intelectualmente e aprende a pensar independentemente, ele deve aprender a arte da tomada de decisões com ética. O processo de fazer escolhas éticas e íntegras em situações concretas requer pensar com imaginação, tanto com a cabeça quanto com o coração. O raciocínio e o conhecimento científico podem ajudar as pessoas a entenderem as consequências de diferentes cursos de ação, que são importantes quando se faz julgamentos éticos. Entretanto, somente informações científicas não podem determinar o que é certo e errado. A compaixão e o compromisso, bem como o raciocínio, estão envolvidos nas decisões que têm dimensões éticas.

É importante reconhecer que a Carta da Terra contém princípios éticos gerais claramente diferentes de regras. As regras mostram exatamente o que fazer numa situação específica. Os princípios gerais mostram o que pensar quando estamos decidindo o que fazer. É também útil manter em mente que nós vivemos num mundo complexo e que, às vezes, haverá conflito entre diferentes princípios éticos. Por exemplo, frequentemente há uma tensão entre garantir a liberdade individual e assegurar a justiça para todos. Da mesma forma, pode haver tensão entre as necessidades das gerações atuais e as necessidades das futuras gerações e entre os interesses

das pessoas no curto prazo e da saúde dos ecossistemas no longo prazo.

A Carta da Terra foi projetada como uma visão de ética global que pode ser usada para promover reflexão e diálogo contínuo entre diferentes perspectivas culturais. A ética global é urgentemente necessária no século 21. Todos os povos vivem num mundo cada vez mais interdependente. Nenhum grupo ou nação pode solucionar os principais problemas que eles enfrentam agindo sozinhos. A colaboração internacional e transcultural são essenciais. A colaboração eficaz requer objetivos comuns e valores compartilhados, e isso significa ética global.

IV. TEMAS DA CARTA DA TERRA

Seguem alguns dos temas principais, incluídos na Carta da Terra, que podem ser enfatizados em programas educacionais:

1. *Desafios e escolhas globais críticos.* O Preâmbulo da Carta da Terra descreve os desafios ambientais, sociais e econômicos críticos que confrontam a humanidade no século 21 e destaca as escolhas que precisamos fazer para poder construir um mundo mais justo, sustentável e pacífico.

2. *A interdependência das preocupações sociais, econômicas e ambientais.* Os princípios da Carta da Terra estão organizados em quatro partes principais e interdependentes: “Respeitar e cuidar da comunidade de vida”; “Integridade ecológica”; “Justiça social e econômica”; e “Democracia, não violência e paz”. Definem as principais esferas de responsabilidade que devem ser consideradas, em conjunto, ao avaliarmos problemas críticos e buscarmos soluções. Por exemplo, a pobreza é tanto a

causa quanto a consequência da degradação do meio ambiente e, para resolver um problema ou outro, precisamos abordar ambos, bem como muitas outras questões.

3. *Uma definição de desenvolvimento sustentável e um guia para vida sustentável.* Desenvolvida através de um processo amplo de consulta global e usando uma revisão completa de documentos ambientais e de desenvolvimento, a Carta da Terra representa uma definição socialmente validada de “sustentabilidade”, que é um campo contestado de indagação.

4. *Direitos universais e responsabilidades universais.* A Carta da Terra esclarece a relação entre direitos humanos universais e responsabilidades humanas universais. Nas palavras da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Todos os seres humanos também têm responsabilidades sociais e ecológicas. Essas responsabilidades comuns devem ser diferenciadas de acordo com as capacidades e circunstâncias de cada pessoa. Além disso, é importante reconhecer que responsabilidades sociais e ecológicas criam limites no exercício dos direitos e da liberdade.

5. *A grande comunidade da vida.* A Carta da Terra enfatiza que todas as pessoas são integrantes de uma única família humana e que a família humana é uma parte interdependente da grande comunidade da vida na Terra. Ser integrante da comunidade da vida nos encaixa na história do universo e nos chama para apoiar futuras gerações. Com isso, vem a responsabilidade de respeitar todos os integrantes da comunidade e viver de uma maneira que considere e apoie o bem comum. Quais são nossas responsabilidades com pessoas de outras nações,

culturas e religiões? Com as futuras gerações? Com as espécies não humanas, animais individuais e ecossistemas? A Carta da Terra pode ser usada para engajar professores e alunos em um diálogo sobre essas importantes questões.

6. *Ética global.* A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta da Organização das Nações Unidas, criadas há 60 anos, após a Segunda Guerra Mundial, criaram as bases para uma ética global. A Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, de 1987, pediu uma nova carta para guiar a transição para um futuro sustentável. Essa recomendação levou aos primeiros esforços para criar uma Carta da Terra com uma nova visão das relações humanas com a Terra. O processo de delineamento da Carta da Terra envolveu um diálogo com milhares de pessoas ao redor do mundo e é um exemplo de como valores compartilhados e princípios éticos podem ser encontrados entre nossa diversidade cultural.

7. *Integridade ecológica.* A segunda parte dos princípios da Carta da Terra apresenta diretrizes para proteger e restaurar a integridade ecológica do planeta. Integridade ecológica se refere à saúde dos sistemas de sustentação à vida – incluindo a capacidade dos ecossistemas de fornecerem ar puro, água potável e alimentos, e também de reciclarem detritos (serviços dos ecossistemas) – e à saúde da biodiversidade do planeta. Os princípios da Carta da Terra fornecem uma estrutura para lidar com problemas ambientais, tais como a proteção de espécies ameaçadas de extinção, a redução da poluição e como lidar com mudanças climáticas.

8. *Justiça social, econômica e ambiental.* A terceira parte dos princípios da Carta da Terra foca em justiça social e econômica, incluindo a erradicação da pobreza,

desenvolvimento socioeconômico justo, igualdade de gênero e acesso universal à educação, saúde e oportunidades econômicas. Além disso, a Carta da Terra amplia o conceito de justiça social para incluir justiça ambiental e o direito humano de um meio ambiente seguro e saudável.

9. *Democracia, não violência e paz.* A Carta da Terra destaca a importância das instituições democráticas e a participação ativa dos cidadãos na promoção da proteção ambiental e do desenvolvimento sustentável. A Carta da Terra define paz como o envolvimento nos relacionamentos corretos consigo mesmo, com outras pessoas, com outras culturas e com todo o mundo vivo. Enfatiza que o desafio é criar uma cultura de paz que promova estes relacionamentos corretos. Além disso, o princípio da paz na Carta da Terra é o princípio conclusivo, porque a implementação de todos os princípios anteriores é um pré-requisito para alcançar a paz. A Carta da Terra constitui um mapa das questões inter-relacionadas envolvidas na promoção da não violência e da paz.

10. *Parcerias, colaboração e governança global.* A conclusão da Carta da Terra (“O caminho adiante”) enfatiza que “cada indivíduo, família, organização, comunidade e governo tem um papel vital a desempenhar” na construção de um futuro seguro e sustentável. Essa parte conclusiva também destaca que a parceria de governos, sociedade civil e empresas é essencial para uma governança eficaz. Além das providências informais, a construção de uma comunidade global sustentável requer o avanço de meios formais de governança, incluindo processos e instrumentos legais negociados através da ONU.

V. OBJETIVOS EDUCACIONAIS E A CARTA DA TERRA

A Carta da Terra pode ser usada para apoiar uma variedade de objetivos educacionais, incluindo os seguintes:

1. *Aumentando a conscientização e a compreensão de problemas globais críticos.* A Carta da Terra pode ser usada para desenvolver a capacidade de pensamento crítico e para aumentar a conscientização e a compreensão de professores e alunos sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos que o mundo enfrenta, a natureza interdependente desses problemas e a necessidade de viver com um senso de responsabilidade global, especialmente numa época em que enfrentamos crises de magnitude nunca antes vista.

2. *Promovendo diálogos sobre os valores e princípios de uma maneira de vida sustentável.* Objetivos comuns e valores compartilhados formam as bases de uma comunidade forte e saudável. A Carta da Terra é um recurso valioso para promover diálogos sobre os objetivos comuns e os valores compartilhados necessários para construir comunidades justas, sustentáveis e pacíficas, tanto local quanto globalmente. O diálogo requer o respeito pela diversidade cultural e opiniões dos outros, o ouvir com atenção e a busca, de mente aberta, pelos ideais em comum.

3. *Promovendo o desenvolvimento ético dos indivíduos.* Usando a Carta da Terra para aumentar a conscientização, desenvolver a compreensão de problemas globais críticos e promover diálogos sobre objetivos comuns e valores compartilhados, a Carta da Terra pode

se tornar um instrumento para expandir a conscientização e compromissos éticos de uma pessoa. Ela também pode auxiliar os indivíduos a aprenderem como fazer escolhas éticas íntegras que envolvam o pensamento imaginativo tanto com a cabeça quanto com o coração.

4. *Inspirando um espírito de colaboração, cooperação e ação.* A Carta da Terra conclui com um pedido de ação através de, entre outras coisas, novas parcerias entre a sociedade civil, os negócios e o governo em todos os níveis. Os desafios da sustentabilidade são tão grandes e complexos que só podem ser abordados significativamente através da cooperação. O desafio educacional aqui é fornecer aos alunos habilidades e oportunidades para ações cooperativas que expressem suas ideias para uma vida mais sustentável.

5. *Encorajando uma visão “biossensível”.* Muitos dos princípios da Carta da Terra podem ser usados para ajudar professores e alunos a se tornarem mais conscientes e entenderem melhor a importância da biodiversidade, os processos naturais e os serviços de ecossistema proporcionados a todos os seres vivos, as necessidades de outras espécies e animais individuais e as condições ambientais necessárias para uma vida saudável.

6. *Aplicando valores e princípios.* A parte principal da Carta da Terra recomenda ação e funciona como um guia para maneiras mais sustentáveis de viver. A Carta da Terra pode servir como um guia para que pessoas e organizações possam comparar de maneira crítica suas realidades com seus ideais. Esse tipo de análise, por sua vez, fornece a base para identificar estratégias para mudanças construtivas.

7. *Facilitando um entendimento dos relacionamentos entre a*

Carta da Terra, políticas públicas e leis internacionais. Enquanto a Carta da Terra é uma “carta do povo”, ela também pode ser entendida como um documento de “lei suave” internacional. “Leis suaves” são importantes porque fornecem os valores e princípios para apoiar e dirigir o desenvolvimento das “leis concretas”, tais como novos tratados internacionais. A Carta da Terra pode ser usada para examinar o status das políticas públicas e as leis relacionadas aos problemas do meio ambiente e do desenvolvimento.

8. *Auxiliando instituições e sistemas educacionais na reorientação de seu ensino e operações para maneiras sustentáveis de viver.* A Carta da Terra tem inspirado muitos recursos educacionais para o ensino e aprendizado voltados para um futuro sustentável e para avaliar as práticas de sustentabilidade de instituições educacionais. Esses recursos baseados na Carta da Terra podem ser usados para aprofundar nossa compreensão e prática de justiça, sustentabilidade e paz em ambientes educacionais.

Em resumo, a educação para a sustentabilidade, como informada pela Carta da Terra, deve ajudar os alunos:

- a entenderem os desafios e escolhas críticas que a humanidade enfrenta e perceberem as interligações entre esses desafios e escolhas;
- a compreenderem o significado de uma maneira de viver de forma sustentável e de desenvolvimento sustentável e criarem objetivos e valores pessoais que levem a uma forma de vida sustentável; e,
- a avaliarem criticamente uma dada situação e identificarem objetivos de ação que conduzam a mudanças positivas.

VI. DIRETRIZES PARA DESENVOLVER PROGRAMAS, ATIVIDADES E MATERIAIS EDUCACIONAIS DA CARTA DA TERRA

Existem muitas maneiras como a Carta da Terra pode ser usada na educação, dependendo do contexto e dos interesses do educador e do aluno. Ambientes educacionais formais e não formais oferecem oportunidades diferentes para utilizar a Carta da Terra, e a abordagem apropriada irá variar em diferentes ambientes culturais. Não existe um único “ou melhor” jeito para usar a Carta da Terra na educação. Contudo, com base nas experiências de educadores em diversos ambientes, as seguintes diretrizes gerais são oferecidas:

1. *Seja consistente com os valores e princípios da Carta da Terra.* O processo pelo qual materiais e programas educacionais da Carta da Terra são desenvolvidos e utilizados deve ser consistente com o espírito do documento, respeitando a diversidade, enfatizando a participação e o aprendizado através de conhecimentos e atividades locais. Tais processos envolvem o aprendizado através de diálogos e troca de perspectivas diferentes, como uma prática que enriquece o pensamento crítico.

2. *Use a Carta da Terra dentro de programas educacionais e livros didáticos existentes.* Na educação formal, pode ser muito difícil abrir espaço para novos conteúdos. Oportunidades devem ser buscadas para usar a Carta da Terra dentro dos programas educacionais existentes. Os sistemas educacionais, currículos e materiais podem ser examinados para identificar oportunidades de uso da Carta da Terra, para reorganizar o material existente e para o desenvolvimento dos currículos à luz da Carta da Terra.

3. *Evite pregar ou converter.* A educação em valores requer que professores e alunos permaneçam conscientes da necessidade de evitar a tentativa de converter os outros, respeitando o direito individual dos alunos de manter ou rejeitar tais valores, de forma independente, e entendendo que, na busca por ideais comuns, o respeito pela diversidade cultural é um valor central.

4. *Use a visão integrada, interdisciplinar da Carta da Terra.* Os programas e atividades educacionais, usando a Carta da Terra, devem tentar considerar todas as partes e temas principais da Carta, promovendo uma abordagem integrada e holística. Frequentemente, uma parte ou tema da Carta pode servir como o início da reflexão ou análise de um tópico. Entretanto, a atividade ou programa deve buscar tanto quanto possível trabalhar com a visão integrada da Carta. Isso irá requerer a reflexão sobre os efeitos e implicações entre as partes, tais como as conexões entre os desafios sociais, ambientais, políticos, éticos e econômicos da humanidade. Materiais e programas educacionais baseados na Carta da Terra devem refletir seu caráter multidisciplinar integrando as ciências físicas e humanas e as artes. A Carta da Terra fornece uma ponte entre ciências e aspectos humanitários que pode ajudar a fortalecer o papel dos estudos transdisciplinares em nossos sistemas educacionais.

5. *Proporcione oportunidades para “aprendizado na prática”.* Programas educacionais baseados na Carta da Terra devem usar atividades de aprendizado vivenciais que envolvam o aprendizado orientado para a ação ou “aprendizado na prática”, tais como atividades de auxílio à comunidade; uma viagem de campo para vivenciar um contexto ou uma situação específica que foi abordada em

sala de aula; atividades de aprendizado que são modelos de situações da vida real, tais como desempenhar papéis; e experiências educacionais “na prática” com atividades orientadas à pesquisa. Alunos do ensino médio e universitário talvez considerem a formação de um grupo de jovens para executar projetos de sustentabilidade e projetos de construção da paz. O aprendizado vivencial é essencial para fazer conexão entre valores aderidos e ações de vida real. Ele também proporciona oportunidades para vivenciar o que significa implementar um princípio ético dentro de sua própria comunidade e na sua vida pessoal. O aprendizado vivencial é particularmente importante para a educação ética; quando estamos engajados em ações, nossos valores são aplicados e testados.

6. *Use processos educacionais flexíveis e contextualizados.* Os programas educacionais da Carta da Terra devem, sempre que possível, oferecer experiências e reflexões que estejam fortemente relacionadas e enraizadas na realidade contextual dos alunos. Tais processos devem envolver diretamente os alunos e abordar suas prioridades o máximo possível, de acordo com seu contexto.

7. *Promova redes sociais e profissionais* para conectar alunos e educadores através de redes de interação e relacionamento que desenvolvam conhecimento compartilhado, bem como suporte profissional. Essas redes podem ser estabelecidas numa base virtual ou eletrônica, bem como através de contato cara a cara.

VII. CONCLUSÃO

Este documento oferece diretrizes para indivíduos e grupos interessados em usar a Carta da Terra na prática educacional. Esperamos que estimule mais o uso da Carta da Terra em escolas, universidades e em muitos *workshops* e outros ambientes educacionais.

Várias ferramentas e recursos da Carta da Terra foram desenvolvidos por grupos diferentes e estão disponíveis no *website* da Carta da Terra: www.earthcharter.org. Os materiais incluem uma compilação de experiências de como a Carta da Terra tem sido usada em diferentes ambientes educacionais, apresentam as diferentes maneiras como os grupos estão usando a Carta da Terra como um guia ético para a reorientação dos currículos no enfrentamento dos desafios da sustentabilidade. Pode servir como um recurso educacional para o entendimento das escolhas críticas que a humanidade enfrenta e a necessidade urgente de promover o compromisso com uma maneira de vida sustentável. Para mais informações: info@earthcharter.org

NOTA

Esse documento foi elaborado a partir do resultado de um Fórum realizado em 2001. Em abril de 2007, foi formado um pequeno grupo de pessoas para trabalhar na redação deste documento e desenvolver uma primeira versão. Em fevereiro de 2009, um subgrupo se reuniu para trabalhar sobre um documento final. A redação deste documento foi concluída em 2 de abril de 2009. Estas são as pessoas envolvidas neste trabalho: Abelardo Brenes, Kiran Chhokar, Rick Clugston, Peter Corcoran, Moacir Gadotti,

Edgar Gonzalez, Brendan Mackey, Steven Rockefeller, Kartikeya Sarabhai, Michael Slaby, Shafia Succar, Mary Evelyn Tucker, Mirian Vilela e Razeena Wagiet.



Referências

- ANTUNES, Ângela. *Leitura do mundo no contexto da planetarização: por uma pedagogia da sustentabilidade*. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- _____; TOMCHINSKY, Julia (Org.). *Sementes de primavera: cidadania desde a infância*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- BOFF, Leonardo. *Princípio-Terra: volta à Terra como pátria comum*. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005a.
- _____. *Minha casa, o mundo*. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2008.
- _____. *Paulo Freire, o menino que lia o mundo: uma história de pessoas, de letras e de palavras*. São Paulo: Unesp, 2005b.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda 21 – Brasil Sustentável*. Brasília, DF: MMA, 2004.
- CAPRA, Fritjof. *The Web of Life: a New Scientific Understanding of Living Systems*. New York: Anchor Books, 1996.

CARTA da Ecopedagogia: em defesa de uma Pedagogia da Terra. Disponível em: <<http://www.paulofreire.org>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

CARTA da Terra. Disponível em: <<http://www.paulofreire.org>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

CORCORAN, Peter Blaze; VILELA, Mirian; ROERINK, Alide (Org.). *La Carta de la Tierra en acción: hacia un mundo sostenible*. Amsterdam: KIT Publishers, 2005.

_____; OSANO, Philip M. (Ed.). *Young people, education, and sustainable development: exploring principles, perspectives, and praxis*. The Netherlands: Wageningen Academic, 2009.

DE MOORE, Emily. O Jardim como currículo. *Pátio*, Porto Alegre, n. 13, p. 11-15, maio/jul. 2000.

FERRERO, Elizabeth M.; HOLLAND, Joe. *Carta da Terra: reflexão pela ação*. São Paulo: Cortez/IPF, 2004. (Guia da Escola Cidadã).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GADOTTI, Moacir. *Educar para a sustentabilidade*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

_____. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis, 2001.

GUTIÉRREZ, Francisco. *Pedagogia para el Desarrollo Sostenible*. Heredia, Costa Rica: Editorialpec, 1994.

_____; PRADO, Cruz. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1999.

INSTITUTO PAULO FREIRE. *Escola cidadã e Carta da Terra*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

LA ROVERE, Ana Lucia; VIEIRA, Liszt (Org.). *Tratados das ONGs, aprovados no Fórum Internacional das Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais no âmbito do Fórum Global ECO 92*. Rio de Janeiro: Instituto de Ecologia e Desenvolvimento, 1992.

MARINHO, Kleber Maia; LABREA, Valéria Viana (Org.). *Histórias de aprender-e-ensinar para mudar o mundo: projeto Jovem Cidadão Amigo da Natureza*. Paulínia: Instituto Bioma, 2007.

O'SULLIVAN, Edmund. *Aprendizagem transformadora: uma visão educacional para o século XXI*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2004.

OLIVEIRA, Luiz Carlos de. *Ecopedagogia no fazer escolar*. 2003. Dissertação (Mestrado) – São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

PRADO, Cruz. Biopedagogia. In: GUADAS, Pep Aparício; MONFERRER, Dolors; GUADAS, Isabel Aparício; MURCIA ORTIZ, Pascual (Org.). *Fórum Paulo Freire – V Encuentro Internacional: Sendas de Freire: opresiones, resistencias y emancipaciones en un nuevo paradigma de vida*. Xátiva: Institut Paulo Freire de España y Crec, 2006. p. 169-211.

UM GUIA para usar a Carta da Terra na educação. Disponível em: <<http://www.earthcharter.org>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

UNESCO. *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014*. Brasília, 2005a.

_____. *Directrices y recomendaciones encaminadas a reorientar la formación de docentes para abordar el tema de la sostenibilidad*. Paris, 2005b.

_____. *Education for sustainable development toolkit*. Paris, 2006.

_____. *Good practices in teacher education Institutions*. Paris, 2007.

_____/EARTH CHARTER INTERNATIONAL. *Good practices in education for sustainable development: using the Earth Charter*. Paris, 2007.

VIANA, Valeria. *Carta da Terra para crianças*. Porto Alegre: Naia, 2003.

VIEZZER, Moema L. *A Carta da Terra: valores e princípios para um futuro sustentável*. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, 2004. (Documentos planetários, v. 1).

WALS, Arjen (Ed.). *Social learning: towards a sustainable world*. The Netherlands: Wageningen Academic, 2007.



Sobre o autor

Moacir Gadotti, doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra, é professor de Filosofia da Educação da Universidade de São Paulo e diretor do Instituto Paulo Freire. É autor de vários livros, traduzidos em diversas línguas, entre eles: *História das idéias pedagógicas* (1993), *Pedagogia da práxis* (1994), *Pedagogia da Terra* (2001), *Os mestres de Rousseau* (2004), *Educar para um outro mundo possível* (2007), *Educar para a sustentabilidade* (2008), onde ele desenvolve uma proposta educacional orientada pelo paradigma da sustentabilidade. Participou da **Rio-92** (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), chamada de *Cúpula da Terra*, que aprovou a **Agenda 21**. No **Fórum Global-92**, evento paralelo à Rio-92, participou da *Jornada Internacional de Educação Ambiental* que elaborou o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*. Atualmente, o autor é membro do Grupo de Referência da *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*.

Editora e Livraria Instituto Paulo Freire
Horário de funcionamento: de segunda a sexta-feira,
das 9 às 18h e, aos sábados, das 9 às 13h.

Rua Cerro Corá, 550 | Lj. 01 | Alto da Lapa
05061-100 | São Paulo | SP | Brasil
T/F: 11 3021 1168
editora@paulofreire.org | livraria@paulofreire.org
www.paulofreire.org

Nós somos a Terra

Nós somos a Terra, os povos, as plantas e animais, gotas e oceanos, a respiração da floresta e o fluxo do mar. Nós honramos a Terra, como o lar de todos os seres viventes. Nós estimamos a Terra, pela sua beleza e diversidade de vida. Nós louvamos a Terra, pela sua capacidade de regeneração, sendo a base de toda a vida. Nós reconhecemos a especial posição dos povos indígenas da Terra, seus territórios e seus costumes, e sua singular afinidade com a Terra. Nós reconhecemos que o sofrimento humano, pobreza e degradação da Terra são causados pela desigualdade do poder. Nós aderimos a uma responsabilidade compartilhada de proteger e restaurar a Terra para permitir o uso sábio e equitativo dos recursos naturais, assim como realizar o equilíbrio ecológico e novos valores sociais, econômicos e espirituais. Em nossa inteira diversidade somos unidade. Nosso lar comum está crescentemente ameaçado. Assim sendo, levando em consideração sobretudo as necessidades especiais das mulheres, povos indígenas, do Sul, dos diferentes capacitados e de todos aqueles que se encontram em situação de desfavorecimento, nos comprometemos a ...

Preâmbulo da primeira versão da Carta da Terra
(Fórum Global Rio-92).

Ed,L

Editora e Livraria
Instituto
Paulo Freire



9 788561 910419

d
e
e
efl
just
ped